



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - SUROD
GERÊNCIA DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE DE RODOVIAS - GEENG

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de prestação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva para o apoio ao desenvolvimento das atividades de competência regimental da Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias - GEENG da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, nos termos do Anexo I da [Resolução ANTT nº 5.888, de 12 de maio de 2020](#), da [Deliberação ANTT nº 270, de 12 de maio de 2020](#) e da [Portaria SUROD nº 232, de 06 de julho de 2021](#), na sede da ANTT, em Brasília/DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.

1.3. Nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, a presente contratação trata de serviço continuado.

1.4. Nos termos do art. 17 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, a presente contratação trata de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, por posto de trabalho.

1.5. Excepcionalmente, durante a pandemia do coronavírus (COVID-19), a forma de execução poderá ser realizada nos seguintes termos:

- execução do serviço em regime de trabalho remoto, sem necessidade de comparecimento à repartição, resguardada a correta prestação dos serviços.

1.6. A adoção do regime de teletrabalho será notificada pela CONTRATADA ao profissional, por meio escrito ou eletrônico, com antecedência de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas.

1.7. A execução das atividades em regime de teletrabalho, excepcional e temporário, será definida entre a CONTRATADA e seus empregados e não implicará em qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.

1.8. A execução das atividades em regime de teletrabalho, excepcional e temporário, não poderá ser realizada nas dependências da CONTRATADA.

1.9. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário, uma vez que o regime mostra-se mais adequado às necessidades do setor pois comporta a modulação na execução e reduzirá as dificuldades em caso de variações e quantitativos, especialmente os acionados por demanda, ao longo da contratação.

1.10. Não serão aceitos valores unitários por itens maiores que os valores de referência da administração.

1.11. O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no art. 57, II, da [Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993](#).

1.12. A referida prestação de serviços deverá observar as disposições contidas na [Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio 2017](#), bem como, tanto quanto cabível, a [Resolução da ANTT nº 5.083, de 27 de abril de 2016](#), e todas as Normas Técnicas vigentes, em especial àquelas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e as expedidas pela ANTT, que forem pertinentes à realização o objeto desta contratação.

1.13. A Contratação se dará por lote único para que se possa preservar a integridade qualitativa, quantitativa e econômica do objeto.

1.14. O objeto foi delimitado em lote único uma vez que os trabalhos desenvolvidos são interdependentes, como por exemplo: a demanda por consultoria especializada, decorre de necessidades percebidas no curso do desenvolvimento dos trabalhos técnicos diários, que impliquem na solicitação de apoio muito específico em assuntos não ordinários e com nível de complexidade que extrapole a expectativa para a equipe alocada.

1.15. As demais despesas eventuais, tais como deslocamentos e diárias, servem exclusivamente para que se permita eventuais verificações *in loco*, para o desenvolvimento das análises e estudos técnicos dispostos nas atividades deste Termo de Referência.

1.16. Há ainda que se considerar a interdisciplinaridade entre as coordenações para consecução das atividades desenvolvidas pela GEENG, devido ao caráter multifacetado dos estudos, projetos e assuntos demandantes desta, acarretando na necessidade de uma equipe integrada, embricada e intercambiável. Dada à assincronia das atividades inerentes a cada coordenação, é de grande valia a facilidade de translação da força de trabalho entre as demandas. Por outra perspectiva, a contratação em lote único centraliza, aprimora e otimiza as estruturas administrativas e gerenciais da equipe de apoio técnico, convertendo-se em eficiência operacional e econômica da contratação.

1.17. Dessa maneira, está demonstrado que o parcelamento do objeto implicaria em prejuízo técnico e gerencial do objeto.

1.18. Os quantitativos foram definidos com base no histórico das ações realizadas no âmbito da GEENG nos últimos anos, assim, como a avaliação das melhores técnicas utilizadas para o desenvolvimento de serviços semelhantes nos demais órgãos e a sistemática e melhores práticas regulatórias e de gestão contratual desempenhadas pela SUROD.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Atualmente, conforme verifica-se do site <https://portal.antt.gov.br/concessionarias>, a ANTT administra 22 (vinte e dois) contratos de concessão de rodovias federais, totalizando aproximadamente 10.354,62 km de extensão de rodovias concedidas, conforme indicado no quadro abaixo.

ITEM	PROCROFE	CONTRATO CONCESSÃO	CONCESSIONÁRIAS	DATAS MARCO			PRAZO	SISTEMA RODOVIÁRIO	EXTENSÃO
				ASSINATURA CONTRATO	INÍCIO CONCESSÃO	INÍCIO PEDÁGIO			
1	1ª Etapa	PG-137/95-00	Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NOVADUTRA)	31/10/1995	01/03/1996	01/08/1996	25 anos	BR-116/RJ/SP	402,00 km
2	1ª Etapa	PG-138/95-00	Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio (CONCER)	31/10/1995	01/03/1996	20/08/1996	25 anos	BR-040/MG/RJ	179,90 km

3	1ª Etapa	PG-156/95-00	Concessionária Rio - Teresólis S.A. (CRT)	22/11/1995	22/03/1996	02/09/1996	25 anos	BR-116/RJ	142,50 km
4	1ª Etapa	013/00-MT (PJ/CD/215/98)	Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (ECOSUL)	15/07/1998	24/07/1998	04/03/2001	25 anos	BR-116/RS e BR-392/RS	457,30 km
5	2ª Etapa - Fase I	Edital nº006/2007	Concessionária Autopista Planalto Sul S.A. (PLANALTO SUL)	14/02/2008	18/02/2008	19/12/2008	25 anos	BR-116/PR e BR-116/SC	412,70 km
6	2ª Etapa - Fase I	Edital nº003/2007	Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. (LITORAL SUL)	14/02/2008	18/02/2008	22/02/2009	25 anos	BR-116/376/PR e BR-101/SC	405,90 km
7	2ª Etapa - Fase I	Edital nº001/2007	Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. (RÉGIS BITTENCOURT)	14/02/2008	18/02/2008	19/12/2008	25 anos	BR-116/SP/PR	401,60 km
8	2ª Etapa - Fase I	Edital nº002/2007	Concessionária Autopista Fernão Dias S.A. (FERNÃO DIAS)	14/02/2008	18/02/2008	19/12/2008	25 anos	BR-381/MG/SP	562,10 km
9	2ª Etapa - Fase I	Edital nº004/2007	Concessionária Autopista Fluminense S.A. (FLUMINENSE)	14/02/2008	18/02/2008	02/02/2009	25 anos	BR-101/RJ	320,10 km
10	2ª Etapa - Fase I	Edital nº005/2007	Transbrasiliana Concessionária de Rodovias S.A. (TRANSBRASILIANA)	14/02/2008	18/02/2008	18/12/2008	25 anos	BR-153/SP	321,60 km
11	2ª Etapa - Fase I	Edital nº007/2007	Concessionária Rodovia do Aço S.A. (RODOVIA DO AÇO)	26/03/2008	28/03/2008	05/03/2009	25 anos	BR-393/RJ	200,40 km
12	2ª Etapa - Fase II	Edital nº001/2008	Viabahia Concessionária de Rodovia S.A. (VIABAHIA)	03/09/2009	20/10/2009	07/12/2010	25 anos	BR-116/324/BA e BA-526/528	680,60 km
13	3ª Etapa - Fase II	Edital nº001/2011	ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (ECO101)	17/04/2013	10/05/2013	18/05/2014	25 anos	BR-101/ES/BA	475,90 km
14	3ª Etapa - Fase III	Edital nº001/2013	ECO050 – Concessionária de Rodovias S.A. (ECO050)	05/12/2013	08/01/2014	12/04/2015	30 anos	BR-050/GO/MG	436,60 km
15	3ª Etapa - Fase III	Edital nº004/2013	Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (CONCEBRA)	31/01/2014	05/03/2014	27/06/2015	30 anos	BR-060/153/262/DF/GO/MG	1.176,50 km
16	3ª Etapa - Fase III	Edital nº003/2013	Concessionária Rota do Oeste S.A. (CRO)	12/03/2014	21/03/2014	06/09/2015	30 anos	BR-163/MT e MT-407	850,90 km
17	3ª Etapa - Fase III	Edital nº005/2013	Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (MSVIA)	12/03/2014	11/04/2014	14/09/2015	30 anos	BR-163/MS	847,20 km
18	3ª Etapa - Fase I	Edital nº006/2013	Concessionária BR 040 S.A. (VIA040)	12/03/2014	22/04/2014	30/07/2015	30 anos	BR-040/DF/GO/MG	936,80 km
19	3ª Etapa - Fase IV	Edital nº001/2015	Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. (ECOPONTE)	18/05/2015	01/06/2015	01/06/2015	30 anos	BR-101/RJ	13,20 km
20	4ª Etapa	001/2019 (Edital nº001/2018)	Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (VIASUL)	11/01/2019	15/02/2019	15/02/2019	30 anos	BR-101/290/386/448/RS	473,40 km
21	4ª Etapa	Edital nº01/2019	Concessionária Ecovias do Cerrado S.A. (ECOVIAS CERRADO)	19/12/2019	20/01/2020	14/11/2020	30 anos	BR-364/365/MG/GO	437,00 km
22	4ª Etapa	Edital nº02/2019	Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. (VIACOSTEIRA)	06/07/2020	07/08/2020	02/05/2021	30 anos	BR-101/SC	220,42 km
EXTENSÃO TOTAL									10.354,62 km

2.2. Além disso, de acordo com o site <https://portal.antt.gov.br/novos-projetos-em-rodovias>, estão sendo estudados 12 (doze) projetos de concessão de rodovias, que totalizam mais de 17.000 km de rodovias.

ITEM	SISTEMA RODOVIÁRIO	EXTENSÃO
1	BR-153/414/080/TO/GO	850,70 km
2	BR-163/230/MT/PA	1.009,52 km
3	BR-381/262/MG/ES	686,10 km
4	BR-116/101/SP/RJ	598,50 km
5	BR-116/465/493/RJ/MG	726,90 km
6	Rodovias Integradas Do Paraná	3.327,67 km
7	BR-040/495/MG/RJ	443,00 km
8	Contratação BNDES Área de atuação: AL, BA,CE,DF,GO,MT,MG,PB,PE,RN,RS,RO,SC,SE	6.594,00 km
9	BR-040 (DF/GO/MG)	709,70 km
10	BR-158/155/MT/PA	1.135,10 km
11	BR-135/316/MA	437,80 km
12	BR-163/MS	845,90 km
TOTAL		17.364,89 km

2.3. Destaca-se que já foi realizado o leilão da concessão da BR-153/414/080/TO/GO, conforme noticiado no site <https://portal.antt.gov.br/br-153-414-080-to-go>, e sendo assim, nos próximos meses, este novo ativo passará a compor a carteira de concessões da ANTT.

2.4. Nota-se assim, além da grande malha viária abrangida atualmente, a intenção do Governo Federal de franca expansão da atividade, sendo que os serviços a serem contratados incidirão sobre os trechos das rodovias federais sob a responsabilidade atual da ANTT, bem como os trechos de concessão que forem eventualmente contratados em data posterior ao início do presente contrato administrativo.

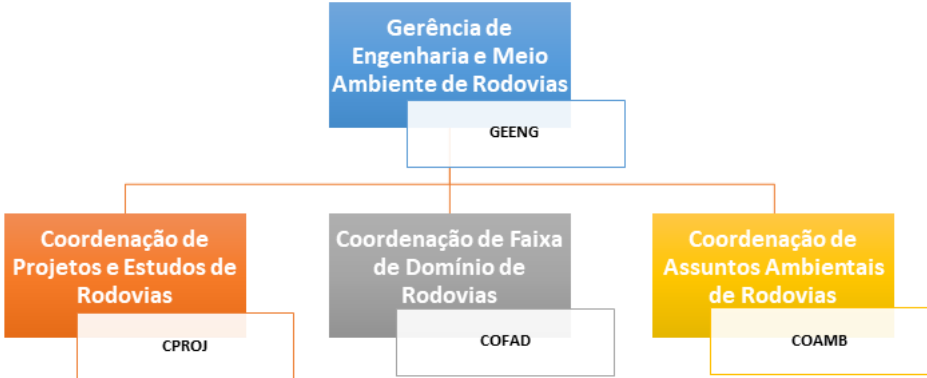
2.5. Além dos projetos, desapropriações, e estudos ambientais, e demais atividades previstas em contratos de concessão que são afetas a atuação da GEENG, temos também diversos processos judiciais e arbitrais em andamento no âmbito da SUROD, que envolvem valores vultosos e que necessitam de apoio na análise desta GEENG. No quadro abaixo, estão relacionados os procedimentos arbitrais que temos conhecimento.

ITEM	CONCESSIONÁRIA	CÂMARA DE ARBITRAGEM	PROCEDIMENTO ARBITRAL
------	----------------	----------------------	-----------------------

1	Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A. (GALVÃO)	Câmara de Comércio Internacional	23433
2	Concessionária de Rodovias Minas Gerais - Goiás S.A. (ECO050)	Câmara de Comércio Internacional	23238
3	Concessionária BR 040 S.A. (VIA040)	Câmara de Comércio Internacional	23932
4	Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (CONCEBRA)	Câmara de Comércio Internacional	24595
5	Viabahia Concessionária de Rodovia S.A. (VIABAHIA)	Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá	64/2019/SEC7
6	Concessionária Rota do Oeste S.A. (CRO)	Câmara de Comércio Internacional	23960
7	Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (MSVIA)	Câmara de Comércio Internacional	24597

2.6. Ainda, importante destacar que, além de apoio na análise de pleitos das concessionárias, estão em andamento a apuração de "haveres e deveres" dos Contratos da 1ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais - PROCROFE (NOVADUTRA, CON CER e CRT) que estão se encerrando, conforme previsão contida na [Resolução ANTT nº 5.926, de 02 de fevereiro de 2021](#), onde está Gerência está apurando atualmente valores de indenização em favor da União, com relação ao descumprimento dos parâmetros de desempenho previstos para o pavimento, sinalização (horizontal e vertical), obras de arte especiais e bens operacionais, que podem resultar em ressarcimento aos cofres públicos de montantes financeiros relevantes.

2.7. Assim, para o desempenho de forma eficiente das atividades relacionadas à GEENG, foram criadas as seguintes coordenações:



2.8. Abaixo, nos termos da Portaria SUROD nº 232/2021 ficaram estabelecidas as seguintes competências de cada coordenação da GEENG, a saber:

Art. 5º A Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias tem como atividades centrais analisar aspectos de engenharia e gerenciar atividades relacionadas a assuntos ambientais no âmbito da exploração da infraestrutura rodoviária.

§ 1º A Coordenação de Projetos e Estudos de Rodovias tem as seguintes atribuições:

- I - analisar estudos de viabilidade, projetos funcionais, anteprojetos e projetos relacionados às obras e serviços de engenharia;
- II - analisar projetos de interesse de terceiros que sejam classificados como polos geradores de viagem;
- III - analisar aspectos técnicos relativos a localização, funcionalidade, tipologia de obras, entre outros aspectos de engenharia;
- IV - analisar orçamentos, cotações e prestação de contas referentes aos projetos de obras e serviços de engenharia;
- V - apresentar proposta para autorização de projetos de obras e serviços de engenharia;
- VI - analisar e elaborar orçamentos de obras e serviços de recuperação de elementos da infraestrutura rodoviária entregues em desconformidades com os parâmetros de desempenho do Programa de Exploração da Rodovia - PER, no caso de extinção do contrato;
- VII - promover estudos e pesquisas com temática de projetos de engenharia aplicáveis ao setor de infraestrutura rodoviária; e
- VIII - propor regulamentação relacionada à sua área de atuação.

§ 2º A Coordenação de Faixa de Domínio de Rodovias tem as seguintes atribuições:

- I - propor medidas relacionadas à gestão, controle e regularização das faixas de domínio;
- II - analisar tecnicamente e acompanhar pedidos de declaração de utilidade pública;
- III - promover as ações relacionadas aos atos autorizativos para uso e ocupação das faixas de domínio;
- IV - prestar assessoria técnica na verificação das prestações de contas dos processos de desapropriação;
- V - apoiar a Gerência na verificação e na emissão de termos de anuência para fins reconhecimento de limites das faixas de domínio;
- VI - promover estudos e pesquisas com temática de faixa de domínio ou desapropriação aplicáveis ao setor de infraestrutura rodoviária; e
- VII - propor regulamentação relacionada à sua área de atuação.

§ 3º A Coordenação de Assuntos Ambientais de Rodovias tem as seguintes atribuições:

- I - acompanhar e fornecer o apoio técnico à tomada de decisão, acerca das atividades referentes ao licenciamento ambiental de obras e serviços;
- II - monitorar os processos de licenciamento ambiental e autorizações;
- III - analisar e acompanhar os indicadores ambientais;
- IV - prestar assessoria técnica na verificação das prestações de contas dos processos relacionadas aos programas ambientais;
- V - promover estudos e pesquisas com temática socioambiental aplicáveis ao setor de infraestrutura rodoviária; e
- VI - propor regulamentação relacionada à sua área de atuação. (grifo nosso)

2.9. No quadro abaixo é demonstrado a quantidade de documentos gerados nas unidades organizacionais da GEENG entre o dia 10/08/2020 ao dia 31/07/2021, período este relativo ao primeiro ano do contrato de apoio similar a presente contratação.

SETOR	NOTA TÉCNICA	NOTA INFORMATIVA	PARECER	RELATÓRIO A DIRETORIA	RELATÓRIO DE ANÁLISE	TERMO DE ANUÊNCIA	OFÍCIO	OFÍCIO CIRCULAR	DESPACHO	TOTAL
GEENG	13	1	11	2	3	0	463	26	330	849
CPROJ	1	0	669	0	727	0	1.342	0	780	3.519
COFAD	11	3	206	56	209	471	571	8	1.504	3.039
COAMB	88	1	192	0	360	0	217	5	652	1.515
TOTAL	113	5	1.078	58	1.299	471	2.593	39	3.266	8.922

2.10. Ademais, temos que também não só a alta carga de trabalho, mas também o baixíssimo efetivo de servidores lotados na GEENG também corrobora a necessidade da contratação, a qual conta atualmente com apenas 4 (quatro) servidores distribuídos entre a GEENG, CPROJ, COFAD e COAMB.

2.11. Assim, propõe-se a contratação de empresa técnica especializada para servir como força de trabalho auxiliar e acessória, com vistas a apoiar a realização das atividades inerentes às atribuições institucionais da GEENG, conforme dispõe a Resolução ANTT nº 5.888/2020, Deliberação ANTT nº 270/2020 e Portaria SUROD nº 232/2021, devendo tais serviços serem prestados de maneira continuada, haja vista sua perene necessidade e os relevantes impactos para a ANTT, em decorrência de sua eventual indisponibilidade.

2.12. Os serviços demandados deverão se traduzir, por exemplo, na realização das seguintes atividades subsidiárias que auxiliem a efetiva análise e decisão aos servidores da GEENG:

- Apoio nas análises de estudos, projetos de engenharia, orçamentos, cotações de obras e serviços, além de prestação de contas de verbas, com foco no subsídio à gestão dos contratos das concessões vigentes e demais estudos oriundos de demandas adversas;
- Apoio nas análises das propostas de declaração de utilidade pública, das prestações de contas das desapropriações, autorizações de uso da faixa de domínio, termos de anuência relacionados à retificação de áreas, propostas de regulamentação de faixa de domínio;
- Apoio nas análises e ao acompanhamento dos procedimentos de licenciamento ambiental, processos de licenciamento ambiental, gestão ambiental e demais análises relacionadas aos aspectos ambientais, com foco na gestão dos contratos das concessões de rodovias federais;
- Apoio nas análises subsidiárias na elaboração de pesquisas e levantamento de dados, informações e indicadores de performance;
- Apoio na elaboração de estudos e pesquisas de engenharia, ou vinculados à desapropriação ou meio ambiente úteis aos procedimentos de revisão ou elaboração de normas da ANTT, no tocante às concessões de rodovias federais, à compatibilização das ações de melhoramento da infraestrutura e dos serviços de transporte rodoviário com a preservação do meio ambiente ou subsidiárias ao cumprimento de demandas dos órgãos de controle e afins junto à SUROD;
- Apoio na elaboração de minutas de documentos técnicos e administrativos, como: despachos, ofícios, pareceres, notas técnicas, relatórios, dentre outros documentos, cuja temática seja afeta às atividades desenvolvidas pela GEENG.

2.13. O que se almeja é contratar atividades acessórias e subsidiárias, ou seja, não constitui objeto da contratação quaisquer das atividades vedadas no art. 3º do Decreto nº 9.507/2018.

2.14. Pelo exposto, torna-se evidente que os serviços em questão são essenciais para o desenvolvimento das atividades atribuídas à GEENG, e que a interrupção dos mesmos comprometeria a continuidade das atividades conferidas a esta Agência pela [Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001](#) e [Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002](#), incorrendo em grave impacto na execução dos contratos das rodovias federais concedidas.

2.15. Finalmente, salienta-se que a justificativa e objetivo da contratação também está pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar - ETP (SEI nº 7744588) incluído no site www.gov.br/compras.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução proposta está minudenciada no Estudo Técnico Preliminar - ETP nº 12/2021 (SEI nº 7744588), e consiste na contratação de profissionais para o apoio técnico especializado em engenharia consultiva, para atuação subsidiária aos servidores lotados na GEENG.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, continuado e com dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do [Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018](#), não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.2.1. Os serviços objeto desta contratação consistem em serviços assessoriais, consistindo de atividades auxiliares aos servidores lotados na GEENG.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- Contratação e a prestação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva para o apoio ao desenvolvimento das atividades de competência regimental da GEENG.

5.2. Os requisitos e obrigações necessários para o atendimento da contratação, inclusive as práticas de sustentabilidade ambiental, estão previstos neste Termo de Referência.

5.3. Abaixo, estão elencadas as principais características da presente contratação:

- As prestações de serviços serão executadas de forma contínua, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993;
- A duração do contrato ocorrerá por 30 (trinta) meses, autorizada uma prorrogação por até 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993;
- O regime de execução será do tipo empreitada por preço unitário, nos termos do art. 10, inciso II, alínea b, da Lei nº 8.666/1993;
- A preenchimento dos postos de trabalho por profissionais com formação acadêmica e experiência profissional compatível com o Termo de Referência, contratados sob o regime da [Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT](#).

5.4. Salienta-se que poderá haver necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas conforme descrito neste Termo de Referência;

5.5. O enquadramento das categorias profissionais a serem empregadas no serviço ocorrerá dentro da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, visto que há disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, consta do Anexo V deste Termo de Referência.

5.6. Ainda, destacamos que será previsto a necessidade de declaração expressa do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.7. Finalmente, ao longo da presente contratação poderão ocorrer deslocamentos para vistorias “*in loco*”, cujas solicitações ocorrerão mediante demanda da ANTT, sendo que a estimativa para fins de orçamento, que traz o detalhamento dos valores para tanto alocados, alcançou os seguintes quantitativos anuais:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE 30 MESES
1	Deslocamento terrestre	30
2	Deslocamento aéreo	30
3	Diária	120

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Face a especificidade do objeto, não haverá necessidade de vistoria.

6.2. Todavia caso a CONTRATADA tenha interesse em realizá-la, deverá solicitar o seu agendamento, por meio dos telefones (61) 3410-1746 e (61) 3410-1707 ou via correio eletrônico a ser enviado ao seguinte endereço eletrônico: geeng@antt.gov.br.

6.3. Salienta-se que os Contratos de Concessão e respectivos Programas de Exploração das Rodovias - PER, que contêm, dentre vários aspectos, as diretrizes das atividades no trecho concedido e os Parâmetros de Desempenho exigidos estão disponibilizados no site <https://portal.antt.gov.br/rodovias>, bem como os regulamentos da ANTT estão disponibilizados no site <https://anttleis.antt.gov.br/>.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. As atividades detalhadas neste Termo de Referência expressam os serviços acessórios e complementares de apoio técnico, prestados junto aos servidores da ANTT, e deverão sempre buscar as melhores práticas, inclusive em âmbito internacional, de forma a promover a constante evolução da qualidade dos serviços executados.

7.2. Dessa maneira, a CONTRATADA receberá por meio da fiscalização a distribuição dos trabalhos que deverá executar, ao longo do período, devendo executá-los seguindo os normativos técnicos e legais em vigência, materializando suas atividades por meio de relatórios técnicos e/ou elaboração de minutas de documentos técnicos e de rotina internos à Agência que integrarão, dentre outras informações, os relatórios mensais, que serão entregues para efeito de medição e pagamento.

7.3. Os relatórios mensais deverão conter registro de todos os trabalhos executados pela equipe alocada no período, contemplando informações que permitam à fiscalização a avaliação analítica da produtividade planejado/demandado pela GEENG.

7.4. Em cada relatório mensal, em capítulo próprio, deverá ser informado o número de demandas registradas e finalizadas no período, considerando: a entrada, etapas de análise e finalização, sendo esta etapa vinculada ao aceite pelo servidor que acompanhou o resultado de cada um dos estudos demandados.

7.5. Também no relatório mensal deverá ser informado o percentual de atendimento e o eventual desvio de produtividade, para que a fiscalização possa avaliar a aferição da nota mensal da eficiência da CONTRATADA, considerando o disposto no Anexo III – Instrumento de Medição do Resultado - IMR.

7.6. Os relatórios técnicos (de análise, de estudos ou de pesquisas), bem como as demais atividades desempenhadas pela equipe mobilizada, constituem o registro das atividades desenvolvidas pela equipe mobilizada e deverão integrar o relatório mensal de atividades.

7.7. As atividades se darão em atendimento às demandas da GEENG e serão distribuídas via Sistema Eletrônico de Informações - SEI da ANTT, conforme definido pela fiscalização.

7.8. Todos os documentos produzidos na realização dos serviços contratados e todas as correspondências relativas aos serviços deverão ser entregues oficialmente à ANTT, em conformidade com o cronograma físico-financeiro.

7.9. Os documentos, sejam quais forem, deverão ser entregues à ANTT, por meio de protocolo no SEI ou outro sistema que a ANTT venha a utilizar.

7.10. Para o atendimento do disposto nos itens 7.7 e 7.8, tão logo assine o contrato, a CONTRATADA deverá providenciar o seu credenciamento e acesso ao SEI da ANTT.

7.11. Para que haja a maior competitividade na presente contratação, será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 33 da Lei nº 8.666/1993. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, a qual será considerada pelo CONTRATANTE a responsável pela execução dos serviços contratados.

7.12. A empresa estrangeira deverá atender a [Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009](#), do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA.

7.13. Não será permitida a participação de empresa estrangeira que não possua o Decreto de Autorização para funcionamento no Brasil e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.14. Na presente contratação não se aplicará a “Exclusividade/Benefício ME/EPP (Art. 48, Lei Complementar nº 123/2006)”, uma vez que o valor estimado é superior ao limite anual de faturamento para sociedades com tais regimes, além do que, face a natureza dos serviços, iminentemente intelectuais, não convém obrigar aos licitantes a subcontratação de Microempresas ou de Empresas de Pequeno Porte no montante de até 30% (trinta por cento) do total licitado, bem como estabelecer cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação das mesmas.

7.15. No presente certame, devido à eventual conflito de interesse, não será permitida a contratação de pessoas jurídicas que detenham contrato em vigor ou estejam prestando serviços afetos ao objeto descrito neste Termo de Referência, tais como elaboração de projetos, estudos e serviços ambientais, estudos e serviços para desapropriação, às concessionárias de rodovias sob a jurisdição da ANTT.

8. CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS CONTRATADOS: COORDENAÇÃO E EQUIPE TÉCNICA

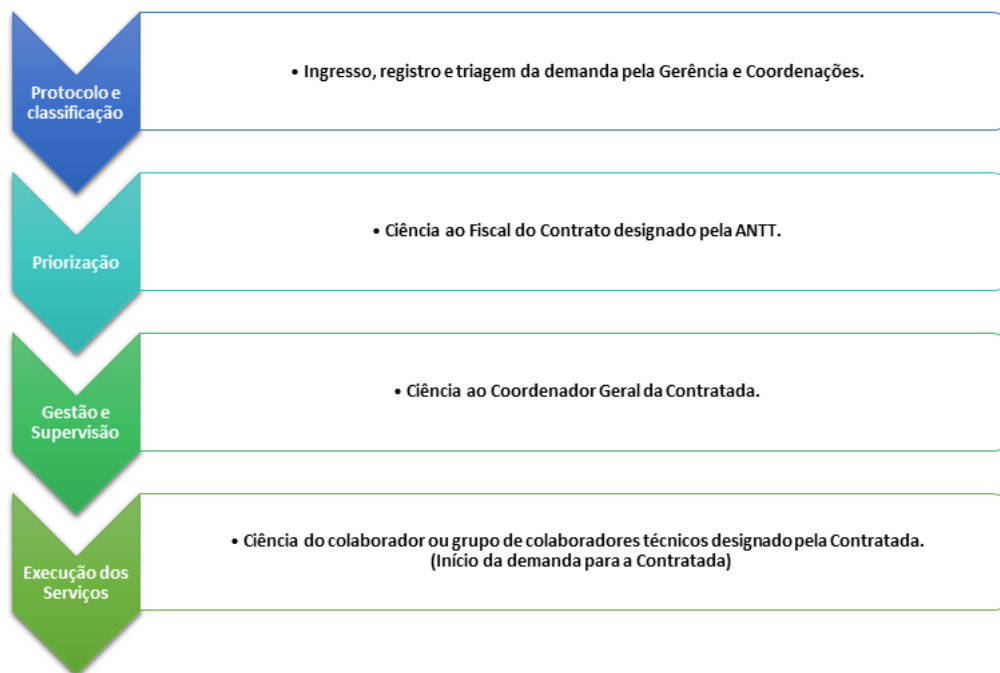
I. Diretrizes gerais

8.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência contemplam o apoio ao desenvolvimento das atividades de competência regimental da GEENG, devendo observar a verificação quanto ao atendimento aos seguintes itens no mínimo:

- às normas e padrões técnicos correspondentes, identificando inclusive as que não forem eventualmente atendidas;
- às diretrizes e definições estabelecidas nos contratos de concessão e regulamentos da ANTT.

II. Diretrizes a serem seguidas no desenvolvimento das atividades contratadas

- 8.2. As análises deverão ser realizadas segundo as diretrizes e procedimentos definidos pela ANTT, em especial a [Resolução ANTT nº 1.187, de 09 de novembro de 2005](#), a [Resolução ANTT nº 3.651, de 07 de abril de 2011](#) e a [Portaria SUINF nº 28, de 07 de fevereiro de 2019](#), entre outros normativos que a sucederem, como, por exemplo, o Regulamento de Concessões Rodoviárias que está sendo discutido atualmente no âmbito da Agência.
- 8.3. A análise com base nos normativos da ANTT, envolvem, entre outros, a emissão de relatório técnico para cada avaliação efetuada no modelo especificado pela ANTT e o preenchimento de *check-list* específicos.
- 8.4. O referido modelo de relatório técnico será apresentado junto à Ordem de Serviço - OS.
- 8.5. A classificação dos assuntos de acordo com a sua especificidade está definida pela ANTT conforme descrito no Anexo III - IMR deste Termo de Referência, considerando que para a aferição da produtividade os projetos e estudos deverão, salvo situações excepcionais, ser executados nos prazos ali estabelecidos.
- 8.6. A CONTRATADA deverá manter alocada integralmente a equipe técnica mobilizada relacionada neste Termo de Referência de forma que as atividades a serem produzidas contenham todos os elementos e análises aqui descritos e especialmente de forma a atender os cronogramas planejados/demandados pela ANTT.
- 8.7. Os relatórios mensais apresentarão o desenvolvimento de serviços que compõem as demandas por apoio técnico, materializando, de forma consolidada das atividades desenvolvidas no período, de modo que não haja perdas ou atrasos que impactem negativamente a gestão dos contratos de concessão, devendo a CONTRATADA, zelar constantemente pela eficiência dos processos, pela produtividade.
- 8.8. O fluxo de trabalho consiste na distribuição das demandas para os profissionais colaboradores, por meio do SEI da ANTT, cabendo ao Gerente e Coordenadores das Unidades Organizacionais vinculadas à GEENG, ao Fiscal Técnico da ANTT e ao Coordenador Geral da CONTRATADA acompanhar a execução dos serviços por parte dos profissionais.
- 8.9. O fluxo de trabalho esperado é o seguinte:



- 8.10. Como condição para a emissão da Ordem de Serviço inicial do Contrato, que também será a Ordem de Serviço para a mobilização da equipe técnica relacionada neste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá apresentar, pelo menos, o requerimento da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA e quando a apresentação dos relatórios mensais relativos à primeira medição, deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente registrada, sob pena de em caso de não apresentação no prazo indicado, incorrer em descumprimento contratual.
- 8.11. Vale observar, que durante todo tempo de vigência do contrato, serão inalteradas as funções de Coordenador Geral que foram objeto da habilitação no processo licitatório.
- 8.12. Caso haja necessidade de substituição dos profissionais objeto da habilitação técnica, deverá ser observado o disposto no art. 30, § 10º da Lei nº 8.666/1993.
- 8.13. Eventualmente, conforme a necessidade da análise e complexidade envolvida, mediante demanda solicitada pela ANTT, caberá inspeção de campo para verificação das condições locais de onde será realizado a atividade objeto de análise.

III. Descrição das atividades

III.A. Atividade 1 - Coordenação das Atividades Contratadas - Programada

- 8.14. A atividade consiste gestão controle e coordenação dos colaboradores alocados nos postos de trabalhos das unidades organizacionais da GEENG.
- 8.15. As atividades a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo:
- Elaborar os Relatórios Mensais e apresentá-los à ANTT para a avaliação o Fiscal a fim possibilitar o aceite dos trabalhos pela Agência;
 - Realizar tratativas junto aos representantes da Gerência durante a execução dos serviços;
 - Supervisionar as atividades desenvolvidas diariamente, controlando a qualidade, a produção e produtividade das equipes e colaboradores;
 - Orientar a execução das atividades e revisar os relatórios técnicos de análise, atuando assim no âmbito estritamente técnico das categorias de serviços, perante à equipe alocada.

III.B. Atividade 2 - Apoio Técnico na Análise de Estudos e Projetos de Engenharia Rodoviária - Programada

- 8.16. A atividade consiste no apoio à análise técnica de estudos (estudos de demanda, estudos de tráfego, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, estudos de viabilidade, etc.), projetos (funcional, anteprojeto, executivo, "as-built", etc.) de engenharia das obras e serviços previstos nos contratos de concessões em vigência, como naqueles que vierem a ser formalizados.
- 8.17. As atividades a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo:

- Apoio na análise técnica de estudos de viabilidade, projetos funcionais, anteprojetos e projetos executivos relacionados às obras e serviços de engenharia;
- Apoio na análise técnica de projetos de interesse de terceiros que sejam classificados como polos geradores de tráfego / viagem;
- Apoio na análise técnica de aspectos técnicos relativos a localização, funcionalidade, tipologia de obras, entre outros aspectos de engenharia;
- Apoio na análise técnica de proposta para autorização de projetos de obras e serviços de engenharia;
- Apoio na promoção de estudos e pesquisas com temática de projetos de engenharia aplicáveis ao setor de infraestrutura rodoviária;
- Apoio na proposição de regulamentação relacionada à estudos e projetos de engenharia rodoviária;
- Apoio na análise de aspectos técnicos de engenharia em processos administrativos de contratação, gestão, fiscalização, inexecução, responsabilização, penalidade, revisão tarifária, caducidade, relicitação e encerramento do contrato ("haveres e deveres"), etc.;
- Apoios na análise de aspectos técnicos de engenharia em processos de auditoria, judiciais, arbitrais, etc.

8.18. As demandas eventuais objeto deste subitem, são demandas não ordinárias que podem ser realizadas pela equipe alocada, portanto, não se confundem com as demandas objeto da Consultoria Técnica Especializada a ser acionada por demanda, quando necessário.

III.C. Atividade 3 - Apoio Técnico na Análise de Custos e Orçamentos de Engenharia Rodoviária - Programada

8.19. A atividade consiste no apoio à análise técnica de orçamentos (sintético, analítico, paramétrico, custos diretos e indiretos, benefícios e despesas indiretas, etc.) de engenharia das obras e serviços previstos nos contratos de concessões em vigência, como naqueles que vierem a ser formalizados.

8.20. As atividades a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo:

- Apoio na análise técnica de orçamentos, cotações e custos referentes aos projetos de obras e serviços (manutenção, conservação, recuperação, operação, monitoração, etc.) de engenharia;
- Apoio na análise técnica de prestação de contas de verbas e ressarcimento de dispêndios;
- Apoio na indicação de valores de referência de orçamentos, verbas, custos e despesas;
- Apoio na análise técnica de cálculos de indenização e investimentos;
- Apoio na análise e elaboração de orçamentos referenciais de obras e serviços de recuperação de elementos da infraestrutura rodoviária entregues em desconformidades com os parâmetros de desempenho do Programa de Exploração da Rodovia - PER, no caso de extinção do contrato;
- Apoio na promoção de estudos e pesquisas com temática de orçamentos aplicáveis ao setor de infraestrutura rodoviária;
- Apoio na proposição de regulamentação relacionada à orçamentos e custos de obras e serviços;
- Apoio na análise de aspectos técnicos de engenharia em processos administrativos de contratação, gestão, fiscalização, inexecução, responsabilização, penalidade, revisão tarifária, caducidade, relicitação e encerramento do contrato ("haveres e deveres"), etc.;
- Apoios na análise de aspectos técnicos de engenharia em processos de auditoria, judiciais, arbitrais, etc.

8.21. As demandas eventuais objeto deste subitem, são demandas não ordinárias que podem ser realizadas pela equipe alocada, portanto, não se confundem com as demandas objeto da Consultoria Técnica Especializada a ser acionada por demanda, quando necessário.

III.D. Atividade 4 - Apoio Técnico na Análise e Acompanhamento de Processos de Gestão e Licenciamento Ambiental de Rodovias - Programada

8.22. A atividade consiste no apoio ao acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental de todas as obras previstas nas rodovias concedidas, da gestão ambiental das concessões rodoviárias federais, do apoio na análise ou na elaboração de estudos e pesquisas inerentes às atividades da Coordenação de Assuntos Ambientais, bem como dos demais aspectos ambientais que envolvem a gestão dos contratos de concessão.

8.23. As atividades a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo:

- Apoio no acompanhamento e tomada de decisão, acerca das atividades referentes ao licenciamento ambiental de obras e serviços;
- Apoio no monitoramento de processos de licenciamento ambiental e autorizações;
- Apoio na análise e acompanhamento de indicadores ambientais;
- Apoio na verificação das prestações de contas dos processos relacionadas aos programas ambientais;
- Apoio na análise de plano de ação de emergência e plano de gestão de riscos;
- Apoio na análise de relatório de programas sociais e educacionais;
- Apoio na promoção de estudos e pesquisas com temática socioambiental aplicáveis ao setor de infraestrutura rodoviária;
- Apoio na proposição de regulamentação relacionada à gestão e licenciamento ambiental;
- Apoio na análise de aspectos técnicos de engenharia em processos administrativos de contratação, gestão, fiscalização, inexecução, responsabilização, penalidade, revisão tarifária, caducidade, relicitação e encerramento do contrato ("haveres e deveres"), etc.;
- Apoios na análise de aspectos técnicos de engenharia em processos de auditoria, judiciais, arbitrais, etc.

8.24. As demandas eventuais objeto deste subitem, são demandas não ordinárias que podem ser realizadas pela equipe alocada, portanto, não se confundem com as demandas objeto da Consultoria Técnica Especializada a ser acionada por demanda, quando necessário.

III.E. Atividade 5 - Apoio Técnico na Análise de Processos de Desapropriação e Faixa de Domínio de Rodovias - Programada

8.25. A atividade consiste no assessoramento à análise das propostas de declaração de utilidade pública, análise das prestações de contas de desapropriação, incluindo as análises dos valores indenizatórios e demais documentos atrelados ao assunto, auxílio nos procedimentos de autorizações de uso da faixa de domínio e termos de anuência relacionados à retificação de áreas e apoio nas rotinas de gestão, controle e propostas de regulamentação de faixa de domínio, conforme requisitos dos contratos de concessão e procedimentos definidos pela ANTT.

8.26. As atividades a serem desenvolvidas devem compreender, no mínimo:

- Apoio na proposição de medidas relacionadas à gestão, controle e regularização das faixas de domínio;
- Apoio na análise técnica e acompanhamento de pedidos de Declaração de Utilidade Pública - DUP;
- Apoio na promoção de ações relacionadas aos atos autorizativos para uso e ocupação das faixas de domínio;
- Apoio na prestação de assessoria técnica na verificação das prestações de contas dos processos de desapropriação;
- Apoio na análise técnica de relatórios genéricos de valores e laudos de desapropriação;
- Apoio na análise técnica de contestações judiciais em processos de desapropriação;

- Apoio na verificação e na emissão de termos de anuência para fins reconhecimento de limites das faixas de domínio;
- Apoio na promoção de estudos e pesquisas com temática de faixa de domínio ou desapropriação aplicáveis ao setor de infraestrutura rodoviária;
- Apoio na proposição de regulamentação relacionada à desapropriação e faixa de domínio de rodovias;
- Apoio na análise de aspectos técnicos de engenharia em processos administrativos de contratação, gestão, fiscalização, inexecução, responsabilização, penalidade, revisão tarifária, caducidade, relicitação e encerramento do contrato ("haveres e deveres"), etc.;
- Apoios na análise de aspectos técnicos de engenharia em processos de auditoria, judiciais, arbitrais, etc.

8.27. As demandas eventuais objeto deste subitem, são demandas não ordinárias que podem ser realizadas pela equipe alocada, portanto, não se confundem com as demandas objeto da Consultoria Técnica Especializada a ser acionada por demanda, quando necessário.

III.F. Atividade 6 - Apoio Técnico Administrativo - Programada

8.28. Além das atividades relacionadas essencialmente às análises dos projetos de engenharia, meio ambiente, desapropriação e gestão da faixa de domínio, há a necessidade de alocação de outros profissionais conhecedores da temática relacionada a infraestrutura rodoviária, para atuarem no apoio técnico administrativo.

8.29. Para tanto, foram definidos perfis profissionais para o desempenho das atividades acessórias e complementares, tais como: recepção, registros, classificação, tramitação e acompanhamento dos documentos e correspondências físicas e eletrônicas, elaboração e abastecimento de painéis de controle de indicadores, instrução de processos com elaboração de documentação técnica, dentre outras atividades que permitam, tanto à coordenação geral do contrato administrativo, quanto à coordenação setorial da gerência e fiscalização do contrato, o controle das atividades desempenhadas, de forma a fornecer à alta direção da ANTT a informação real da evolução das análises realizadas pela CONTRATADA com celeridade, precisão, objetividade, clareza e eficiência.

8.30. As atividades desenvolvidas pelos profissionais alocados na presente Atividade, também deverão ser constar dos relatórios mensais, em capítulo específico.

III.G. Atividade 7 - Consultoria Especializada para Desenvolvimento de Estudos e/ou Pesquisas no âmbito de Concessões Rodoviárias - Não Programada (Por Demanda)

8.31. A GEENG poderá se valer de Consultoria Especializada no decorrer das análises técnicas e demais serviços previstos no Edital, caso, eventualmente, necessite desenvolver estudos específicos cuja complexidade do tema, profundidade da avaliação demandadas supere as capacidades técnica da equipe prevista para as atividades 2, 3, 4 e 5. Esta previsão visa suprir necessidades de subsidiar o aprimoramento de normativos, bem como aprimorar procedimentos, realizar avaliações específicas e peculiares a um determinado caso, inclusive as decorrentes de novas jurisprudências, apontamentos indicados por órgãos de controle e determinações judiciais.

8.32. A Consultoria Técnica Especializada será solicitada por demanda, a qualquer tempo, devendo a empresa vencedora prover os serviços quando requerido.

8.33. Consistirá na consultoria especializada referente à realização de estudos e pesquisas com vistas a subsidiar decisões acerca de questões técnicas de engenharia, desapropriação e gestão da faixa de domínio ou meio ambiente relacionadas aos contratos de concessão e a fim de subsidiar o aprimoramento dos normativos técnicos da ANTT (inclusive ao desenvolvimento de novas diretrizes) aplicados às rodovias federais concedidas.

8.34. Os trabalhos poderão envolver, dentre outros, simulações de cenários, projeções ou compilações de dados de tráfego, desenvolvimento de metodologias de engenharia de custos, pesquisa na área de sistemas de gerenciamento de pavimentos, atualização de metodologias de gerenciamento de riscos, adaptação, ampliação, desenvolvimento e aplicação das pesquisas desenvolvidas com Recursos para Desenvolvimento Tecnológico - RDT dos contratos de concessão nos estudos, anteprojetos, projetos e obras de engenharia relativas às concessões rodoviárias, desenvolvimento ou aprimoramento de sistemas computacionais de gestão das análises de projetos de engenharia e outros estudos técnicos relacionados.

8.35. Estes estudos estarão condicionados às necessidades constatadas pelos gestores e fiscal técnico da ANTT no decurso do contrato e conforme o planejamento interno do órgão. Portanto, o objetivo pretendido é dispor da possibilidade de acionar a empresa contratada para que a mesma realize o referido trabalho, resultando em um relatório final útil às tomadas de decisões por parte da Agência.

8.36. De forma exemplificativa e não exaustiva, dentre o rol de temas que poderão ser demandados ao longo da execução listam-se:

- Análises de disciplinas específicas relacionadas a projetos de túneis;
- Análises de disciplinas específicas relacionadas Sistema ITS (*Intelligent Transportation Systems*) e à novas tecnologias aplicadas à operação de concessões rodoviárias, como redes lógicas, rádios de apoio aos usuários, redes *wi fi*, entre outras inovações tecnológicas que podem ser agregados a infraestrutura e a prestação do serviço de transporte rodoviário concedido;
- Estudos específicos relacionados à segurança viária;
- Estudos específicos relacionados a definição de metodologia técnica-econômica;
- Estudos específicos relacionados a definição de projetos tipos e requisitos padrões;
- Análise de aspectos ambientais relacionados a espeleologia; arqueologia, antropologia ou outra área de conhecimento específica relacionada à aspectos socioambientais afetos à infraestrutura e aos serviços de transporte rodoviário;
- Estudos específicos de engenharia de avaliações relacionados a determinadas interferências como gasodutos, oleodutos, adutoras, troncos de redes de dados;
- Verificação específica de determinado estudo de tráfego e aferição dos níveis de serviço das rodovias;
- Estudos geológicos e/ou geotécnicos específicos relacionados a obras de contenção e estabilidade de taludes ou fundações especiais;
- Estudos específicos relacionados a vida útil e à novas tecnologias referentes à pavimentação;
- Estudos específicos relacionados a recuperação e reforço de estruturas;
- Cálculos de indenização devido a deterioração do pavimento, obras de arte especiais, sinalização (horizontal e vertical) e equipamentos/veículos/sistemas operacionais;
- Avaliação de orçamentos relativos aos custos de implantação de obras, edificações, equipamentos, sistemas, quanto aos custos relacionados aos serviços de conservação, recuperação, manutenção, operação e monitoração;
- Estudos e ensaios de engenharia específicos demandados por determinações de órgãos de controle, como por exemplo ocorreu no caso da Nova Subida da Serra de Petrópolis relativo à Concessionária CON CER, entre outros que possam advir.

8.37. Assim, a ANTT, para cada demanda, formalizará solicitação à empresa contratada, contendo anexo a especificação dos serviços a serem desenvolvidos no trabalho requerido. De posse desses documentos, a empresa retornará com o plano de trabalho respectivo, contendo cronograma, fases e recursos, conforme as especificações indicadas pela Agência.

8.38. A ANTT, conforme preconizado nas especificações, poderá exigir a entrega de relatórios parciais, reuniões e apresentações dos trabalhos, até a entrega do relatório final do trabalho demandado à consultoria especializada.

8.39. Estes serviços serão desenvolvidos no mínimo por 1 (um) profissional especializado ou equipe de profissionais, tendo por indicação na categoria indicada na Tabela de Preços de Consultoria definida na [Resolução DNIT nº 11, de 20 de agosto de 2020](#) como Engenheiro Consultor Especial (Código P8060), havendo a possibilidade de subcontratação para esta finalidade.

8.40. A qualificação mínima dos consultores será as especificadas na tabela de consultoria do DNIT, sendo: pelo menos 15 (quinze) anos de experiência. Para cada serviço solicitado a fiscalização demandante promoverá análise da capacidade dos consultores indicados, conforme as exigências específicas de cada trabalho.

8.41. A CONTRATADA poderá subcontratar os serviços de consultoria demandado pela ANTT, sendo que os nomes dos profissionais, consultores, acompanhado dos respectivos *curriculum vitae*, deverão ser submetidos à prévia análise e aprovação pela fiscalização demandante para confirmação da qualificação profissional exigida.

8.42. Cada unidade da Consultoria Especializada será denominada Unidade de Despesa 1 - UD1 e corresponderá ao equivalente a 220 (duzentas e vinte) horas trabalhadas por 1 (um) Consultor, onde não estão incluídas as despesas com deslocamento e diárias.

8.43. Quando solicitado, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a relação dos profissionais indicados, um plano de execução da consultoria ao Apoio Técnico Especializado para a fiscalização demandante, que irá avaliar a carga horária atribuída, contabilizando a quantidade de Unidade de Despesa 1 equivalentes, autorizando assim a execução dos serviços.

8.44. A cada demanda solicitada, a CONTRATADA deverá entregar, anexo ao documento técnico produzido, o Relatório de Consultoria Técnica Especializado onde deverá constar todo o detalhamento dos serviços realizados, correspondentes à quantidade de Unidade de Despesa 1 contabilizada no referido relatório. A forma de apresentação do trabalho demandado, constará no documento que solicitará a demanda.

III.H. Atividade 8 - Fornecimento de Deslocamentos e Diárias para Execução das Atividades Contratadas - Não Programada (Por Demanda)

8.45. Tem por objetivo o fornecimento dos meios de deslocamentos, aéreos e terrestre, em território nacional, necessários para o desenvolvimento das atividades de apoio técnico exercidos pelos profissionais mobilizados nas atividades que compõem este Termo de Referência.

8.46. As Unidades de Despesas foram separadas nos formatos deslocamento terrestre e aéreo, bem como diárias, de forma que a cada acionamento, a CONTRATADA deverá apresentar o total de despesas eventuais para as viagens a serviço.

8.47. Tais despesas, deverão ser objeto de solicitação da fiscalização, que aprovará previamente à sua realização, quando constatada a sua necessidade.

- Unidade de Despesa 2 - Deslocamento Terrestre

8.48. Para a apuração do valor médio da Unidade de Despesa 2 - UD2 foi apropriada a locação de veículos, incluindo combustível, considerando para a parte terrestre do deslocamento as localidades indicadas no orçamento referencial.

8.49. Os valores relativos aos pedágios, devem ser considerados como incluídos na cotação da média de valores de locação de veículos e combustível.

8.50. Para a média de combustível foi considerado o total de km ora concedidos, considerando valores atribuídos para as localidades, pela Agência Nacional do Petróleo - ANP.

- Unidade de Despesa 3 - Deslocamento Aéreo

8.51. Para a apuração do valor médio da Unidade de Despesa 3 - UD3 foram cotados preços médios de passagens aéreas, considerando as localidades servidas por aeroportos, nos trechos concessionados.

8.52. A cidade de Goiânia não foi considerada para aferição da média em questão, visto que para tal trecho somente será admitido o deslocamento rodoviário.

8.53. Quando solicitado, a CONTRATADA deverá apresentar, ao fiscal indicado, um orçamento detalhado envolvendo todos os custos diretos e indiretos para o deslocamento a ser exercido pelos profissionais mobilizados, que após avaliação dos custos envolvidos e contabilizadas as quantidades de UD3 equivalentes, emitirá a devida autorização do deslocamento previamente.

- Unidade de Despesa 4 - Diária

8.54. A Unidade de Despesa 4 - UD4 tem por objetivo o fornecimento das diárias correspondentes às despesas com alimentação, hospedagem e deslocamento local, realizadas em deslocamentos, nacionais, necessários para o desenvolvimento das atividades de apoio técnico pelos profissionais mobilizados nas atividades que compõem este Termo de Referência.

8.55. Cada UD4 corresponde a uma unidade de diária composta pela média dos valores correspondentes aos tipos de diárias previstas.

8.56. Valores referentes à alimentação e deslocamento local não devem compor os valores referentes à UD4, visto que são cobertos pelos benefícios pagos aos profissionais alocados na equipe mobilizada.

8.57. Quando solicitado, a CONTRATADA deverá apresentar uma programação das diárias a ser utilizadas pelo profissional mobilizado, à equipe técnica da ANTT irá avaliar os custos envolvidos e contabilizar a quantidade de UD4s equivalentes, autorizando assim a utilização das diárias previamente.

8.58. Os valores atribuídos para as diárias são referenciais e foram obtidos com referência nos valores dispostos no Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009, tendo em vista nas convenções coletivas consultadas para as categorias profissionais constantes da equipe mobilizada não dispõem de tais informações.

8.59. Todas as despesas eventuais deverão ser acrescidas da Remuneração da Empresa e das Despesas Fiscais.

IV. Formato dos Relatórios

8.60. Os Relatórios mensais deverão observar a norma culta da língua portuguesa e conter em sua estrutura básica, no mínimo, os tópicos a seguir:

i. Capa e Contracapa;

ii. Índice;

iii. Caracterização do Apoio Técnico, contemplando a relação de profissionais alocados, por formação e nível de experiência, conforme definido no quadro da equipe técnica mobilizada;

iv. Documentos Administrativos;

v. Cronograma Físico-Financeiro;

vi. Comentários.

8.61. Além do conteúdo descrito acima, deverão ser anexados os relatórios técnicos produzidos no período, com a identificação e assinatura dos técnicos que participaram de sua elaboração, com um quadro resumo da identificação do processo administrativo, descrição do assunto, concessionária, tipo de documento, resultado da análise, prazo demandado para a análise, dentre outras informações, conforme modelo apresentado por ocasião da Ordem de Serviço.

8.62. A CONTRATADA também deverá observar o disposto tópico 7. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO** deste Termo de Referência.

8.63. Também deverão ser descritas as atividades desempenhadas pelo Apoio Técnico Administrativo, além da apresentação de documentação técnica produzida pelos profissionais alocados na atividade.

8.64. Os relatórios da Consultoria Especializada, quando demandada, deverão observar, no que for pertinente, a estrutura determinada para os Relatórios Mensais.

V. Coordenação dos Serviços

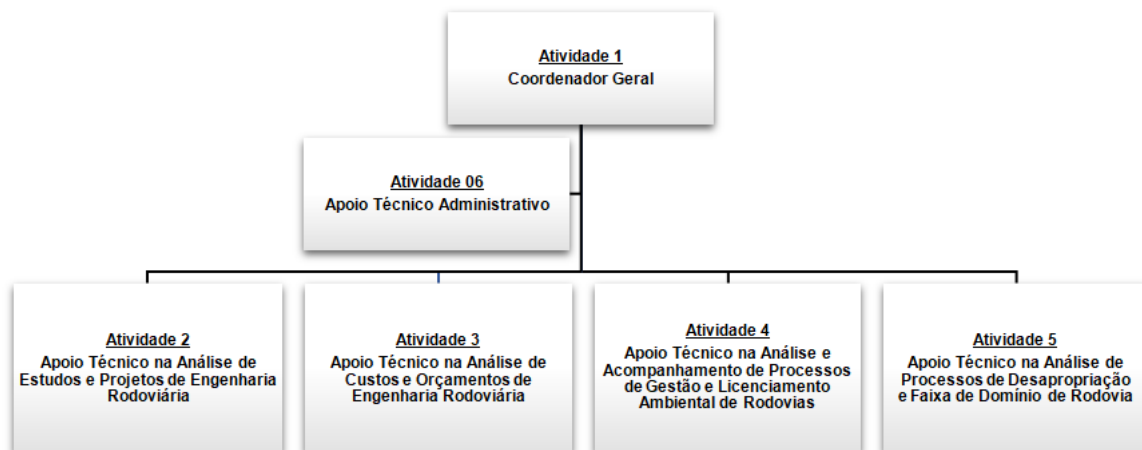
8.65. A coordenação geral da prestação dos serviços será exercida pelo Coordenador Geral, cuja atribuição será garantir a execução do contrato em conformidade com os aspectos legais e com todas as disposições do Edital, do Termo de Referência e do Contrato firmado, respondendo junto à ANTT pela boa execução do contrato a ser pactuado.

8.66. Compete ao Coordenador Geral elaborar os Relatórios Mensais e apresentá-los à ANTT para a avaliação da fiscalização a fim possibilitar o aceite dos trabalhos pela Agência.

8.67. O Coordenador Geral deverá ser o responsável pela realização de tratativas com os representantes da Administração e deverá estar lotado continuamente na sede da ANTT, durante a execução dos serviços.

8.68. Todas as atividades serão supervisionadas diretamente pelo Coordenador Geral, sendo que suas atribuições consistirão em controlar a qualidade das atividades desenvolvidas diariamente, orientar sua execução, revisar e corroborar com todos os relatórios técnicos, atuando assim no âmbito estritamente técnico das categorias de serviços, perante à equipe alocada.

8.69. O organograma hierarquizado a ser considerado é o seguinte:



VI. Equipe Técnica Mobilizada

8.70. A composição da equipe mobilizada foi estimada com base em dados históricos de demandas, em função das práticas atuais dos processos e dos fluxos de informações em operação na ANTT.

8.71. Entretanto, é de responsabilidade da CONTRATADA, para atender as demandas expressas para cada uma das atividades, buscar profissionais com as qualificações exigidas, de forma a dar pleno atendimento às expectativas dispostas neste Termo de Referência e seus anexos.

8.72. Assim, em até 5 (cinco) dias a contar da assinatura do Contrato, deverá ser emitida a Ordem de Serviço para o início da prestação dos serviços contratados.

8.73. Caso se atinja o prazo referido, sem a comunicação formal da fiscalização, a CONTRATADA, deverá dar início a prestação de serviços.

8.74. Uma vez iniciada a prestação de serviços, em até 10 (dez) dias, a CONTRATADA deverá estar com a equipe integralmente mobilizada.

8.75. Os serviços contratados serão prestados nos dias de expediente administrativo na ANTT, dentro do horário das 07h00 às 20h00.

8.76. A CONTRATADA deverá zelar para que seus colaboradores observem a carga horária autorizada, de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, ao longo dos 5 (cinco) dias úteis da semana, de forma a que não extrapolem tal jornada.

8.77. Nos termos do disposto no item d.1.3. do anexo V da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, nessa contratação será admitida a flexibilização da execução da atividade ao longo do horário de expediente, vedando-se a realização de horas extras ou pagamento de adicionais não previstos nem estimados originariamente no ato convocatório.

8.78. Tratando-se da equipe mobilizada, eventuais autorizações para realizações de trabalho fora da sede da ANTT, deverão ser objeto de autorização excepcional, devendo a CONTRATADA registrar tal solicitação com a devida antecedência, cabendo a fiscalização a avaliação da sua conveniência.

8.79. Vale observar que durante todo tempo de vigência do contrato, serão inalteradas as funções objeto de habilitação no processo licitatório.

8.80. A CONTRATADA deverá ter, ao longo de toda a vigência contratual, condições plenas de alocar pessoal qualificado, para a prestação dos serviços, em conformidade com as exigências constantes deste Termo de Referência, sempre em tempo hábil e em todos os níveis exigidos.

8.81. Neste sentido, caberá o cumprimento de, no mínimo, os seguintes quesitos referentes à qualificação dos profissionais da equipe técnica mobilizada, durante toda a vigência do contrato:

VI.A. Atividade 1 - Coordenação das Atividades Contratadas - Programada

- (1) Coordenador Geral - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos comprovada em coordenação técnica de equipes de engenharia e/ou gerenciamento/coordenação de elaboração/análises de projetos e orçamentos de obras e serviços de infraestrutura rodoviária.

VI.B. Atividade 2 - Apoio Técnico na Análise de Estudos e Projetos de Engenharia Rodoviária - Programada

- (1) Profissional de nível superior sênior - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Projetos Geométricos, Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança de Rodovias;
- (1) Profissional de nível superior sênior - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Projetos e/ou Estudos de Pavimentação de Rodovias;
- (1) Profissional de nível superior sênior - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de projetos e/ou Estudos de Obras de Arte Especiais de Rodovias;

- (1) Profissional de nível superior pleno - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Projetos Geométricos, Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança de Rodovias;
- (2) Profissional de nível superior pleno - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 5 (cinco) anos de experiência com experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Estudo de Tráfego e Nível de Serviço de Rodovias;
- (1) Profissional de nível superior pleno - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Projetos e/ou Estudos de Pavimentação de Rodovias;
- (1) Profissional de nível superior pleno - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de projetos e/ou Estudos de Obras de Arte Especiais de Rodovias;
- (1) Profissional de nível superior pleno - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Projetos e/ou Estudos de Geotecnia, Terraplenos, Estruturas de CONTENÇÃO e Túnel de Rodovias;
- (1) Profissional de nível superior pleno - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Projetos e/ou Estudos de Hidrologia, Drenagem, e Obras de Arte Correntes de Rodovias;
- (1) Profissional de nível superior pleno - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 5 (cinco) anos de experiência com experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Estudo e/ou Projetos de Sistema Elétrico, de Iluminação e de Edificações e Instalações Operacionais de Rodovias;
- (1) Profissional de nível superior júnior - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 2 (dois) anos de experiência com experiência profissional comprovada, para atendimento técnico especializado apoiando as equipes relativas a atividade 2.

VI.C. Atividade 3 - Apoio Técnico na Análise de Custos e Orçamentos de Engenharia Rodoviária - Programada

- (1) Profissional de nível superior sênior - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Custos e Orçamentos de Obras ou Serviços de Recuperação, Manutenção, Conservação de Infraestrutura Rodoviária;
- (2) Profissional de nível superior pleno - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Custos e Orçamentos de Obras ou Serviços de Infraestrutura Rodoviária;
- (2) Profissional de nível superior pleno - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em análise ou elaboração de Custos e Orçamentos de Obras ou Serviços de Recuperação, Manutenção, Conservação de Infraestrutura e Operação Rodoviária.
- (1) Profissional de nível superior júnior - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 2 (dois) anos de experiência com experiência profissional comprovada, para atendimento técnico especializado apoiando as equipes relativas a atividade 3.

VI.D. Atividade 4 - Apoio Técnico na Análise e Acompanhamento de Processos de Gestão e Licenciamento Ambiental de Rodovias - Programada

- (1) Profissional de nível superior sênior - Formação em Engenharia Florestal - Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em acompanhamento e análise em assuntos relacionados a estudo e licenciamento ambiental de empreendimentos lineares e geoprocessamento;
- (2) Profissional de nível superior pleno - Formação em Engenharia Florestal - Experiência Profissional ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em acompanhamento e análise em assuntos relacionados a estudo e licenciamento ambiental de empreendimentos lineares e geoprocessamento;
- (1) Profissional de nível superior júnior - Formação em Engenharia Florestal - Experiência Profissional ≥ 2 (dois) anos de experiência com experiência profissional comprovada, para atendimento técnico especializado apoiando as equipes relativas a atividade 4;
- (1) Profissional de nível superior pleno - Formação em Engenharia Ambiental - Experiência Profissional ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em acompanhamento e análise em assuntos relacionados a estudo e licenciamento ambiental de empreendimentos lineares e geoprocessamento;
- (1) Profissional de nível superior sênior - Formação em Biologia - Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em acompanhamento e análise em assuntos relacionados a estudo e licenciamento ambiental de empreendimentos lineares e proteção da fauna silvestre.

VI.E. Atividade 5 - Apoio Técnico na Análise e Acompanhamento de Processos de Desapropriação e Rotinas Relacionais à Faixa de Domínio de Rodovias - Programada

- (1) Profissional de nível superior sênior - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em atividades relacionadas a elaboração/análises de engenharia de avaliação desapropriação e imóveis, e gestão territorial de faixa de domínio de infraestruturas de transportes;
- (2) Profissional de nível superior pleno - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em atividades relacionadas a elaboração/análises de engenharia de avaliação desapropriação e imóveis, e gestão territorial de faixa de domínio de infraestruturas de transportes;
- (1) Profissional de nível superior júnior - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 2 (dois) anos de experiência com experiência profissional comprovada, para atendimento técnico especializado apoiando as equipes relativas a atividade 5;
- (1) Profissional de nível superior júnior - Formação em Engenharia de Agrimensura - Experiência Profissional ≥ 2 (dois) anos de experiência com experiência profissional comprovada, para atendimento técnico especializado apoiando as equipes relativas a atividade 5;
- (1) Profissional de nível superior sênior - Formação em Bacharel em Direito - Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos de experiência profissional comprovada ou especialização em desapropriação ou gestão territorial e cadastros de ativos imobiliários.
-

VI.F. Atividade 6 - Apoio Técnico nas Atividades Administrativas - Programada

- (1) Profissional de nível superior pleno - Supervisor Administrativo - Experiência Profissional ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em rotinas administrativas e organizacionais exercidas na administração pública, tais como trâmites processuais, prazos, sigilos, sistema hierárquico, dentre outras, redação própria, habilidade para realização de pesquisas (ex: Tribunal de

Contas da União, órgãos vinculados ao Ministério da Infraestrutura e outros), conhecimento de informática, especialmente planilhas, capacidade de interpretação de contratos, indicadores produtivos e entendimento dos fluxos de trabalho, boa comunicação interpessoal, perfil metódico, capacidade de organização e de cumprimento de prazos;

- (1) Profissional de nível superior júnior - Assistente Administrativo - Experiência Profissional ≥ 2 (dois) anos de experiência profissional comprovada, para atuar em rotinas administrativas e organizacionais exercidas na administração pública, assessoramento no planejamento e controle administrativo, trâmites processuais, prazos, sigilos, sistema hierárquico, dentre outras, redação própria, habilidade para realização de pesquisas sob supervisão (ex: Tribunal de Contas da União, órgãos vinculados ao Ministério da Infraestrutura e outros), conhecimento de informática, especialmente planilhas, boa comunicação interpessoal, capacidade de organização, de acompanhamento de atividades e andamentos e de cumprimento de prazos, gestão de agendas, de compromissos e de reuniões;
- (1) Profissional de nível superior auxiliar - Assistente Administrativo - Profissional que conheça a norma culta da língua portuguesa e que tenha capacidade de redação de documentos simples, tais como minutas memorandos e, despachos, capaz de acompanhar reuniões elaborando as minutas de atas de reunião, visando apoiar as atividades desenvolvidas pelos demais profissionais alocados na atividade em questão, realizando pesquisas, redação de atas de reuniões;
- (1) Profissional de nível técnico pleno - Administrativo - Nível Médio Completo - Experiência Profissional ≥ 5 (cinco) anos de experiência profissional comprovada e conhecimento intermediário de recursos de informática, em especial em planilha, habilidade no manuseio e trâmite de processos e na conferência de documentos;
- (1) Profissional de nível médio júnior - Secretária - Nível Médio Completo - Experiência Profissional ≥ 2 (dois) anos de experiência profissional comprovada e conhecimento intermediário de recursos de informática. Capacidade de compreensão e interpretação dos assuntos, revisão de textos, organização de atividades gerais trabalho relacionadas às atividades da Gerência, capacidade em manter sigilo de informações, boa comunicação interpessoal oral e escrita, capacidade de organização e de cumprimento de prazos. Perfil organizado, resolutivo e comprometido.

8.82. O quadro resumo a seguir representa uma composição da Equipe Técnica a serem alocadas, distribuídas nas atividades, que deverão desenvolver suas atividades na sede da ANTT, é o seguinte:

EQUIPE TÉCNICA MOBILIZADA		
ALOCÇÃO	QUANTIDADE	QUALIFICAÇÃO
ATIVIDADE 1		
Coordenador	1	Experiência Profissional ≥ 10 anos
ATIVIDADE 2		
Profissional Sênior	3	Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos
Profissional Pleno	8	Experiência Profissional ≥ 5 (cinco) anos
Profissional Júnior	1	Experiência Profissional ≥ 2 (dois) anos
ATIVIDADE 3		
Profissional Sênior	1	Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos
Profissional Pleno	4	Experiência Profissional ≥ 5 (cinco) anos
Profissional Júnior	1	Experiência Profissional ≥ 2 (dois) anos
ATIVIDADE 4		
Profissional Sênior	2	Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos
Profissional Pleno	3	Experiência Profissional ≥ 5 (cinco) anos
Profissional Júnior	1	Experiência Profissional ≥ 2 (dois) anos
ATIVIDADE 5		
Profissional Sênior	2	Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos
Profissional Pleno	2	Experiência Profissional ≥ 5 (cinco) anos
Profissional Júnior	2	Experiência Profissional ≥ 2 (dois) anos
ATIVIDADE 6		
Profissional Pleno	2	Experiência Profissional ≥ 5 (cinco) anos
Profissional Júnior	2	Experiência Profissional ≥ 2 (dois) anos
Profissional Auxiliar	1	Nível Superior Completo
TOTAL	36	

8.82.1. Os profissionais graduados indicados pela CONTRATADA, para a prestação dos serviços, devem ter curso superior completo, com diploma registrado pelo Ministério da Educação - MEC, e quando couber, validado pelo Conselho Profissional Competente.

8.82.2. O tempo de experiência de cada profissional, serão submetidos à avaliação curricular (modelo de currículo sugerido em anexo) e demais comprovantes de sua experiência, como por exemplo: registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e declarações emitida por pessoas jurídicas de direito público ou privado

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. As atividades deverão ser desenvolvidas na sede da ANTT em Brasília/DF, possibilitando a realização do gerenciamento e manutenção das informações técnicas e administrativas necessárias para o assessoramento técnico no atendimento as demandas deste Termo de Referência. Para tanto, a equipe técnica multidisciplinar mobilizada deverá ser equipada com todos os recursos computacionais a serem fornecidos pela CONTRATADA aos seus colaboradores, durante a prestação de serviços:

SOFTWARE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DA FUNCIONALIDADE
Compore 90®	4	O 90 Compore Orçamento e Planejamento de Obras é capaz de atender as demandas de empresas dos mais variados portes da área de Engenharia. O sistema é referência em todo o país, com avaliações altamente positivas dos seus usuários, principalmente, pela confiabilidade e pela facilidade na realização de suas operações. Entre seus importantes recursos estão: apresentação de um registro completo de composições insumos e um versátil gerador de relatórios. Além de construtoras de todos os portes, o 90 Compore Orçamento e Planejamento de Obras também é utilizado por pessoas físicas que atuam na área de orçamentação e por diversos órgãos públicos.

SOFTWARE	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DA FUNCIONALIDADE
ArcGis	1	O programa promove a realização de geoprocessamento bem como análises de arquivos geoprocessados no âmbito dos projetos, inclusive útil às avaliações da coordenação de meio ambiente da GEENG, tendo em vista a diversidade de mapeamentos e zoneamentos realizados por intermédio de sistema de informações geográficas.
AASHTO 2002 pavement	1	Este software realiza análises necessárias ao dimensionamento de pavimentos, sendo a ferramenta mais atual no assunto em nível mundial. Desta forma, é fundamental para atualização dos procedimentos de análise de pavimentos nos diversos projetos apreciados pela GEENG.
Geostudio Standard –	1	Trata-se de um software que permite a verificação de simulações para fins de análise de estabilidade de taludes, permitindo, no âmbito das análises de projeto, verificar as modelagens nele apresentadas e checar fatores de segurança, parâmetros utilizados, dentre outras ferramentas.
@Risk	1	É um plug-in do Excel para que se possa realizar a análise de riscos com base na simulação de Montecarlo. Essa ferramenta é fundamental para avaliação do contingenciamento de recursos decorrente de riscos de um projeto.

Nota: (1) Ao longo do contrato, as licenças devem estar com as atualizações.

- 9.1.1. A empresa deverá dispor, por ocasião da futura contratação, dos recursos computacionais e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.
- 9.2. As soluções tecnológicas acima listadas visam equalizar as condições técnicas de análise dos projetos apresentados à GEENG/SUINF/ANTT, com as condições de elaboração dos estudos apresentados pelas concessionárias. Além do que, prover a equipe técnica com as condições de equivalência aos meios utilizados na elaboração dos projetos que lhes são submetidos, permitindo o ganho de tempo, otimização da gestão contratual, melhorias qualitativas e quantitativas com relação aos serviços prestados pela CONTRATADA, e por consequência, pela ANTT.
- 9.3. A ANTT disponibilizará, para o desenvolvimento das atividades, além de mobiliário e infraestrutura fixa de telefonia e computadores.
- 9.4. Não haverá necessidade de produção de material gráfico.
- 9.5. Os profissionais integrantes da equipe técnica mobilizada, deverão ter habilidade para o pleno uso das ferramentas constantes do quadro descrito no item 9.1, cabendo, se for o caso, a CONTRATADA prover a sua capacitação.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 10.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 10.4. Não permitir que os empregados da CONTRATADA realizem horas extras;
- 10.5. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da Instrução Normativa - IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 10.7. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
 - Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
 - Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 10.8. Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, especialmente:
- A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 - O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
 - O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 10.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.
- 10.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 10.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 10.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 10.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 10.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666/1993.
- 10.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração, entre 07h00 e 20h00, e a carga horária autorizada, de 44 (quarenta e quatro) horas ao longo dos 5 (cinco) dias úteis da semana.;
- 11.3.1. Firmar acordo individual com o empregado (art. 59, §6º, da CLT c/c Súmula nº 85 do TST), para que possa haver jornadas pouco superiores a 8 (oito) horas diárias, perfazendo um total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais de segunda a sexta-feira.
- 11.4. Não compartilhar os recursos humanos e materiais disponíveis na presente contratação para execução simultânea de outros contratos;
- 11.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.7. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010;
- 11.8. Disponibilizar à CONTRATANTE os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 11.9. A empresa contratada, em atendimento ao disposto na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT deverá apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017:
- Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade - RG e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;
 - Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;
 - Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
 - Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.
- 11.10. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
- 11.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
 - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 11.12. Substituir, no prazo de 4 (quatro) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da CONTRATANTE, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
- 11.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- 11.14. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;
- 11.15. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento;
- 11.16. Autorizar a Administração CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 11.17. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes;
- 11.18. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 11.19. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- 11.20. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 11.21. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

- Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

11.22. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

11.23. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.24. Fornecer, sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE;

11.25. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

11.26. Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

11.27. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das respectivas verbas;

11.28. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.29. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.30. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.31. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

11.32. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006;

11.33. Para efeito de comprovação da comunicação, a CONTRATADA deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

11.34. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

11.35. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.36. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

11.37. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.38. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

11.39. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

11.40. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.41. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

11.42. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

11.43. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

11.44. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.45. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

- O direito de propriedade intelectual dos produtos (atividades) desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos (atividades) gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

11.46. A cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, a CONTRATADA deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

- O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT;
- Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros;
- Não haverá pagamento adicional pela CONTRATANTE à CONTRATADA em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

- 11.47. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços
- 11.48. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 11.49. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;
- 11.50. Providenciar junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica - ARTs referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº 6.496/1977 e nº 12.378/2010);
- 11.51. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 11.52. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados em desconformidade, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 11.53. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros;
- 11.54. Cumprir os prazos estipulados no Termo de Referência;
- 11.55. Responsabilizar-se exclusivamente sobre a seleção, a designação e a manutenção do quadro de profissionais alocados para a execução do contrato;
- 11.56. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 11.57. Satisfazer todos os requisitos constantes das Especificações Técnicas. As discrepâncias que porventura ocorram devem ser comunicadas à Fiscalização com a devida oportunidade;
- 11.58. Atender às solicitações emitidas pela fiscalização quanto ao fornecimento de informações e/ou documentação;
- 11.59. Manter, por si ou seus prepostos, em qualquer circunstância, elevado padrão de conduta, relacionamento e entendimento com a fiscalização da ANTT, as concessionárias e seus contratados e a opinião pública em geral;
- 11.60. Far-se-á presente em todas as reuniões convocadas pela ANTT, devidamente representada, ao menos, pelo Coordenador Geral da Equipe Técnica;
- 11.61. Manter atualizados seus dados cadastrais na ANTT;
- 11.62. A CONTRATADA deverá no desenvolvimento de suas atividades, procurar, sempre que possível adotar práticas de sustentabilidade ambiental, conforme dispostas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis disponível no sítio da AGU, e além disso:
- Implementar práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilizar preferencialmente a fonte ecológica recomendada pela Advocacia Geral da União, que se encontra disponível para download no seguinte endereço eletrônico: www.agu.gov.br/ecofont;
 - Adotar o uso preferencialmente de papel não clorado na impressão de documentos e relatórios;
 - Adotar prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA nº 257/1999;
 - Considerar nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação, empresas que tenham certificação ambiental e estimular a troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais.
- 11.63. Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. Na presente contratação está autorizada a subcontratação exclusivamente relativa à consultoria especializada para desenvolvimento de estudos ou pesquisas no âmbito das concessões rodoviárias, o que equivale à 0,72 % (setenta e dois centésimos por cento) do valor total do objeto, nas seguintes condições:
- Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 12.2. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:
- sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
 - sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
 - não haja prejuízo à execução do objeto pactuado; e
 - haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993.

14.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

14.3. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, e administrativa, de acordo com as seguintes disposições:

I - Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II - Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III - Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

14.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.5. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

14.6. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT:

I - No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a) Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade - RG e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

b) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

c) Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

II - Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF:

a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CND;

b) Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

c) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

III - Entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

c) Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

e) Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

IV - Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

b) Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

c) Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d) Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

14.7. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada no inciso IV acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

14.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

14.9. Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados no subitem 14.6. acima deverão ser apresentados.

14.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil - RFB.

14.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

- 14.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 14.13. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 14.14. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:
- I - Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):
- a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;
 - b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;
 - c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;
 - d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria- CCT para cada um dos profissionais alocados;
 - e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;
 - f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual - EPI.
 - g) Nas vistorias em campo, obrigatoriamente, deverá a CONTRATADA fornecer aos seus empregados os EPI necessários, como por exemplo: coletes refletivos, capacete e botas.
 - h) No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
 - Relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade - RG e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela CONTRATADA;
 - Exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços;
 - Declaração de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.
- II - Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):
- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
 - b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
 - c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito - CND relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
 - d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666/1993.
- III - Fiscalização diária:
- a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto;
 - b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA;
 - c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.
- 14.15. Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.
- 14.16. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da CONTRATADA.
- 14.17. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.
- 14.18. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.
- 14.19. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:
- a) Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
 - b) Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
 - c) Cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - d) Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.
- 14.20. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o IMR, conforme modelo previsto no Anexo III ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 14.21. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

- 14.22. Para a delimitação da equipe mobilizada, bem como a sua produtividade, foram levados em consideração a média de produção de serviços semelhantes desempenhados na GEENG, bem como técnicas empregadas pelos órgãos que atuam em serviços semelhantes.
- 14.23. Para a aferição da produtividade foram estabelecidos tempos padrão para atendimento das demandas diárias, valores que estão dispostos no Anexo III - IMR.
- 14.24. Cabe à Coordenação da CONTRATADA, informar à fiscalização eventos que impeçam ou dificultem o cumprimento dos prazos padrão estabelecidos.
- 14.25. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 14.26. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.27. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 14.28. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 14.29. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 14.30. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 14.31. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 14.32. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 14.33. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve sub dimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.
- 14.34. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 14.35. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.
- 14.36. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666/1993.
- 14.37. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 14.38. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 14.39. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 14.40. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.
- 14.41. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 14.42. A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.
- 14.43. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- a) A fiscalização transmitirá suas instruções por intermédio de anotações, especialmente quando verificadas imperfeições, falhas ou irregularidades nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
 - b) Caso suas instruções não sejam atendidas, a fiscalização deverá notificar o Gestor do Contrato;
 - c) Recebendo a notificação da fiscalização, o Gestor do Contrato poderá instaurar processo administrativo para aplicação de penalidades.
- 14.44. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 14.45. Os servidores designados para o cumprimento da fiscalização deverão ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 14.46. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 77 e 87 da Lei nº 8.666/1993.
- 14.47. Na hipótese de comportamento contínuo da produtividade insatisfatória da prestação do serviço devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 14.48. A fiscalização do contrato poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços, todavia a avaliação da produtividade ocorrerá mensalmente com base nas informações constantes no Relatório Mensal, para cada uma das atividades.

15. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO (RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO)**

- 15.1. A aceitação e pagamento de cada parcela mensal, ou por demanda, estão condicionados ao atendimento dos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, decorrente do atendimento das demandas solicitadas no período, o que será objeto da avaliação de desempenho.
- 15.2. O prazo de entrega dos relatórios mensais contendo as atividades realizadas no mês anterior é de até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços.
- 15.3. Os relatórios mensais relativos ao último mês de vigência do contrato, deverão ser entregues no seguinte cronograma:
- No 30º (trigésimo) dia do mês de execução, no formato definitivo.
- 15.4. Em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei nº 8.666/1993, os relatórios deverão ser entregues ao Fiscal do Contrato, e por ele recebidos, quando considerados adequados, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 15.5. A ANTT realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 15.6. O prazo para a avaliação e o recebimento dos relatórios é de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da entrega dos mesmos.
- 15.7. Aos relatórios relativos ao último mês de vigência contratual tratados neste tópico, caberão a análise em até 5 (cinco) dias úteis.
- 15.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 15.9. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 15.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 15.11. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 15.12. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 15.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 15.14. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 15.15. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 15.16. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
 - Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
 - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no IMR, ou instrumento substituto.
- 15.17. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).
- 15.18. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 15.19. Os relatórios poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da licitante vencedora, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 15.20. Apenas será aceita, para efeitos de pagamento, a versão final de cada relatório mensal, que deve contemplar todas as adequações solicitadas pela ANTT e estar plenamente de acordo com as especificações deste Edital e do Termo de Referência.
- 15.21. O recebimento definitivo do objeto licitado está vinculado a aprovação de todos os relatórios mensais, no curso da vigência contratual e não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406/2002).
- 15.22. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da licitante vencedora pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 15.23. Somente com o recebimento (aprovação/aceitação) do relatório mensal e do recebimento dos relatórios decorrentes das demandas eventuais, poderá o fiscal autorizar a emissão Nota Fiscal/Fatura.
- 15.24. No caso das atividades eventuais solicitadas por demanda, a entrega e aprovação dos relatórios correspondentes, autorizará a emissão da correspondente Nota Fiscal/Fatura.

16. PAGAMENTO

- 16.1. O pagamento do serviço será feito em conformidade com o cronograma físico-financeiro anexo a este Termo de Referência.
- 16.2. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

- 16.3. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/1993.
- 16.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento do serviço a ser comunicada pela fiscalização, conforme este Termo de Referência.
- 16.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666/1993.
- 16.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.7. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) O prazo de validade;
 - b) A data da emissão;
 - c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) O período de prestação dos serviços;
 - e) O valor a pagar;
 - f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 16.8. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 16.9. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:
- a) Não produziu os resultados acordados;
 - b) Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - c) Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.10. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 16.11. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 16.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
- 16.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 16.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 16.15. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 16.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 16.17. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.
- 16.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.
- 16.19. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 16.20. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.
- 16.21. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 3 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.
- 16.22. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.
- 16.23. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.
- 16.24. A CONTRATANTE providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da CONTRATADA que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.
- 16.25. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

- $EM = I \times N \times VP$, sendo:
 - EM = Encargos moratórios;
 - N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
 - VP = Valor da parcela a ser paga.
 - I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

- o $I = f(TX) = (TX/100) / 365 = (6/100)/365 = 0,00016438$, onde:
- o TX = Percentual da taxa anual = 6%.

17. CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

17.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP nº 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP nº 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

17.2. A futura CONTRATADA deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

17.3. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

17.4. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela CONTRATANTE em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

17.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP nº 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- 13º (décimo terceiro) salário;
- Férias e um terço constitucional de férias;
- Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa;
- Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

17.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP nº 5/2017.

17.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

17.8. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

17.9. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

17.10. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

17.11. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

17.12. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

17.13. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

17.14. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP nº 5/2017.

18. REPACTUAÇÃO

18.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507/2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017.

18.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

18.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b) Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;
- c) Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

18.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

- 18.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.
- 18.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.
- 18.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
- a) Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
 - b) Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
 - c) Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.
- 18.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 18.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 18.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 18.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 18.12. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 18.13. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra em regime exclusivo de dedicação), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do IPCA, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 7 de fevereiro de 1994):
- $R = V (I - I^0) / I^0$, onde:
 - o R = Valor do reajuste procurado;
 - o V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;
 - o I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;
 - o I = Índice relativo ao mês do reajustamento.
- 18.14. A adoção do IPCA deu-se em virtude de para os insumos indicados não haver índice setorial específico, bem como ser o IPCA o mais conservador a ser aplicável.
- 18.15. No presente Termo de Referência, definem-se como insumos não decorrentes da mão de obra em regime de dedicação exclusiva todas as despesas eventuais (deslocamentos, diárias e a Consultoria Especializada) e os softwares dispostos na cláusula 9 deste Termo de Referência.
- 18.16. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 18.17. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 18.18. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.19. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.
- 18.20. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 18.21. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- a) A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
 - b) Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
 - c) Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 18.22. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 18.23. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 18.24. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 18.25. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 18.26. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.

GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1.

Os critérios serão estabelecidos no Edital de Licitação, em valor correspondente à 5% (cinco por cento) do valor contratual.

19.2.

A garantia da execução contratual deverá, no mínimo, contemplar o período de análise dos últimos relatórios, conforme estabelece este Termo de Referência.

20.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1.

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA que:

a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

d) Comportar-se de modo inidôneo;

e) Cometer fraude fiscal;

f) Não manter a proposta.

20.2.

Pela inexecução total ou parcial dos serviços, a ANTT poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

I - Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

a) A Advertência será aplicada caso a CONTRATADA atinja, durante a vigência contratual, 01 (uma) vez a nota Insatisfatória, relativa a produtividade aferida no mês.

II - Multa de:

a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

d) 0,2% (dois décimos por cento) a 3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;

e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

f) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

III - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

IV - Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

VI - A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no inciso IV deste item também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no item 20.1 deste Termo de Referência.

20.3.

As sanções previstas nos itens I, III, IV e V poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4.

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas indicadas na sequência:

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% por evento (ocorrência) sobre o valor mensal do contrato

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
5	Autorizar a saída de profissional da equipe alocada, durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	3
6	Apresentar na avaliação de desempenho nível insatisfatório, em mais de um mês, na vigência contratual.	5
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	1
8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
9	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1

10	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
11	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
12	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	1

20.5. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA que:

- Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.8. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme art. 419 do Código Civil.

20.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.15. Para efeito da verificação de reincidência, disposta no item 6 considerar-se-á o prazo compreendendo prazo inicial e suas prorrogações.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de até **R\$ 26.724.383,10 (vinte e seis milhões, setecentos e vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e três reais e dez centavos)**, conforme orçamento referencial disposto no Anexo II a este Termo de Referência.

21.4. Os postos de trabalhos deverão ser preenchidos por profissionais contratados sob o regime da Convenção Coletiva de Trabalho - CLT, assim, não poderá ser contratado profissional como pessoa jurídica, inclusive o eventual substituto por ausências legais do titular do posto.

21.5. O salário base dos postos de trabalho não poderá ser menor que o piso salarial da categoria, conforme Convenção Coletiva de Trabalho - CCT.

21.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

I - CAPACIDADE TÉCNICA-OPERACIONAL

21.8. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

- A Licitante deverá apresentar certidão comprobatória de inscrição ou registro e regularidade da licitante e dos seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, da região a que estiver vinculada, que comprove o exercício da atividade relacionada com o objeto da licitação.

21.9. Em caso de consórcio de empresas essa documentação deverá ser apresentada individualmente para cada uma das empresas integrantes.

21.10. Declaração formal emitida pela licitante de que os profissionais componentes da equipe técnica, bem como os insumos para execução do serviço de que trata o objeto desta licitação estarão disponíveis e em perfeitas condições de uso quando da contratação.

21.11. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos acima.

21.12. Todos os documentos apresentados ficarão anexados ao processo, sendo vedada sua retirada ou substituição.

21.13. A não apresentação de qualquer documento solicitado acima ou sua apresentação em desacordo com a forma e quantidades estipuladas, implicará na automática inabilitação da Licitante.

21.14. Em caso de consórcio a comprovação da capacidade técnica-operacional (atestados) deste poderá ser fornecida, no todo ou em parte, por qualquer uma das consorciadas.

21.15. A Licitante deverá apresentar pelo menos (um) atestado (ou declaração) de capacidade técnica expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, para cada um dos itens, conforme quadro abaixo.

DESCRIÇÃO	SERVIÇOS EXECUTADOS	Nº MÍNIMO DE ATESTADOS
Capacidade Técnica-Operacional	Elaboração e/ou análise de projetos ou estudos de engenharia de infraestrutura rodoviária para implantação e/ou restauração de rodovias totalizando uma extensão mínima de 3.624 km (três mil e seiscentos e vinte e quatro quilômetros).	1
	Gestão ambiental, elaboração e/ou análise de estudos ambientais para o licenciamento de obras de infraestrutura rodoviária totalizando uma extensão mínima de 1.553 km (um mil e quinhentos e cinquenta e três quilômetros).	1
	Gestão territorial, elaboração e/ou análise de estudos para desapropriação e cadastro de ativos imobiliários vinculados a infraestrutura	1

de transportes totalizando uma extensão mínima de 1.035 km (um mil e trinta e cinco quilômetros).

Nota: (1) Nesta Licitação não há vedação ao somatório de quantitativos.

(2) As extensões definidas referem-se, respectivamente, a percentuais aproximados de 35%, 15% e 10% da extensão total atualmente concedida pela ANTT, a qual totaliza 10.354,62 Km.

21.16. Deverá a Proponente apresentar somente o número de atestados exigidos para a comprovação da capacidade operacional e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências

21.17. Serão desclassificadas as licitantes que não apresentarem documentos comprobatórios de atendimentos dos critérios mínimos indicados.

II - CAPACIDADE TÉCNICA-PROFISSIONAL

21.18. A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, da ficha de registro de empregado, de declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame, ou do contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio.

21.19. O Coordenador Geral habilitado deverá ser obrigatoriamente o profissional que se responsabilizará pela execução dos serviços objeto da contratação. Havendo a impossibilidade para tal, deverá ser apresentada justificativa à CONTRATANTE e, por conseguinte, que poderá aceitar ou não novo profissional mediante a apresentação de atestado técnico compatível com o objeto a ser desenvolvido.

21.20. Deverão constar, obrigatoriamente, do atestado de capacidade técnica, em destaque, os seguintes dados:

- nome do profissional;
- data de início e término dos serviços;
- local de execução; nome do CONTRATANTE e da CONTRATADA;
- descrição dos serviços e os quantitativos executados, quando couber.

21.21. O Coordenador Geral só poderá representar uma única empresa ou consórcio de empresas, sob pena de inabilitação das Licitantes.

21.22. Em caso de consórcio, a comprovação da capacidade técnica-profissional (atestados) deste poderá ser fornecida, no todo ou em parte, por qualquer uma das consorciadas.

21.23. A avaliação do profissional deverá atender a seguinte especificação contida no quadro abaixo.

CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO COORDENADOR GERAL	
CATEGORIA PROFISSIONAL	NÚMERO DE ATESTADO A SER COMPROVADO
Coordenador Geral – Engenheiro Civil com experiência profissional comprovada nos seguintes quesitos: 1) Planejamento e gestão de empreendimentos na área de infraestrutura rodoviária, envolvendo coordenação de equipes de gerenciamento, projetos, consultoria, ou supervisão; e/ou 2) Coordenação técnica de equipes de engenharia e/ou gerenciamento/coordenação de elaboração/análises de estudos, projetos e orçamentos de obras e serviços de infraestrutura rodoviária.	1 (um)

21.24. A comprovação da experiência requerida para fins de qualificação se dará por meio de atestados, os quais deverão constar o nome do profissional, o período do trabalho efetuado e o tipo de serviço prestado, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e devidamente registrados nos conselhos regionais de classes profissionais correspondentes, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico - CAT.

21.25. Para a contagem do tempo de experiência haverá o desconto das sobreposições.

21.26. Para cada um dos serviços executados e relacionados, a título de experiência do Coordenador Geral, deverá ser anexado atestado e/ou certidão comprovando a execução dos mesmos.

21.27. Ditos atestados e/ou certidões, INDEPENDENTE DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, deverão ser apresentados indicando que o profissional esteja listado entre os nomes apresentados e emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados pelo Conselho Regional competente, quando pertinente, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante, período e discriminação dos serviços.

21.28. De acordo com os serviços relacionados e comprovados, será avaliado o nível de experiência do Coordenador Geral para execução dos serviços.

21.29. Apresentar somente o número de atestados exigidos para a comprovação da capacidade técnica do Coordenador Geral e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências.

21.30. Os profissionais relacionados às atividades contratadas deverão comprovar sua formação, o tempo de formação exigido e a experiência mínima requerida para função.

21.31. Na qualificação dos profissionais relacionados às atividades contratadas deverão ser apresentados profissionais distintos para cada função solicitada, ou seja, não será permitindo o acúmulo de funções.

21.32. Quando os atestados apresentados forem decorrentes de subcontratação, obrigatoriamente deverão trazer em anexo o atestado do contratante principal.

21.33. Somente será aceito atestado de capacidade técnica em nome do Coordenador Geral, devidamente registrados nas entidades profissionais da região onde os serviços foram executados, acompanhados da respectiva CAT.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.

22.2. Os preços unitários que deram origem ao valor do orçamento referencial foram obtidos pelas seguintes fontes que constam em anexo ao presente Termo de Referência:

- [Tabela de Preços de Consultoria do DNIT](#) de janeiro 2021;
- Lei nº 4.950-A/1966;
- Valores estabelecidos na Convenção Coletiva de Trabalho - CCT, quando houver;
- Pesquisa de preços de mercado.

22.3. Para efeito da formação do orçamento referencial, foi utilizada a CCT DF000687/2019 informada na planilha orçamentária.

22.4. Resultado da pesquisa de mercado para profissionais não abrangidos por pisos salariais.

22.5. Para passagens aéreas, locação de veículos e combustível para o deslocamento dos técnicos, foram utilizadas cotações em sites especializados, em pesquisas de preço realizadas em junho de 2021.

22.6. Para diárias foi utilizado o Anexo I do [Decreto nº 6.907, de 21 de julho de 2009](#).

22.7. Os valores apresentados neste Termo de Referência são apenas indicativos e servem para a formação do preço de referência, devendo a licitante elaborar a sua proposta de forma a refletir a realidade, obedecendo os pisos mínimos de cada categoria profissional, na região, bem como assumir integralmente todos os riscos decorrentes das variações do preço de referência ora indicado, seja em seus componentes, seja no valor global, ressalvando-se os reajustes e previsões legais.

22.8. Os serviços objeto desta licitação, são serviços vinculados à engenharia consultiva, o que importa na mobilização de profissionais com diferentes níveis de experiência, adequados, portanto, aos diversos níveis de complexidade dos serviços a serem realizados.

22.9. Considerando a necessidade de uma equipe multidisciplinar, com níveis diversos de experiência, a CONTRATADA, para a definição das faixas salariais de todos os profissionais abrangidos por este Termo de Referência, deverá obedecer aos percentuais de diferenças entre os níveis de experiência contemplados nos postos, conforme a seguir:

- Profissionais da engenharia deverão ter seus salários propostos a partir do piso mínimo da categoria (CCT aplicável ou da Lei nº 4.950-A/1966) e obedecer os percentuais conforme metodologia disposta na [Tabela de Consultoria do DNIT](#);
- Profissionais cujos valores foram obtidos por meio de pesquisa de mercado deverão ter seus salários propostos a partir dos valores estabelecidos como referenciais.

22.10. Deverá ser obedecido no preenchimento dos postos de trabalho de profissionais contratados sob o regime CLT observando as premissas de pisos salariais indicados na tabela abaixo:

QUADRO SALARIAL		
ITEM	DESCRIÇÃO	PISO SALARIAL
1	ENGENHEIRO COORDENADOR	Respeitar a proporcionalidade constante da Tabela de Consultoria do DNIT (= 1,7116 x piso mínimo do engenheiro - júnior)
2	ENGENHEIRO DE PROJETOS SÊNIOR	Respeitar a proporcionalidade constante da Tabela de Consultoria do DNIT (= 1,4503 x piso mínimo do engenheiro - júnior)
3	ENGENHEIRO DE PROJETOS PLENO	Respeitar a proporcionalidade constante da Tabela de Consultoria do DNIT (= 1,1024 x piso mínimo do engenheiro - júnior)
4	ENGENHEIRO DE PROJETOS JÚNIOR	Piso da CCT aplicável ou da Lei nº 4.950- A/1966, conforme o caso
5	ENGENHEIRO AGRIMENSOR JÚNIOR	Piso da CCT aplicável ou da Lei nº 4.950- A/1966, conforme o caso
6	ENGENHEIRO FLORESTAL SÊNIOR	Respeitar a proporcionalidade constante da Tabela de Consultoria do DNIT (= 1,3459 x piso mínimo do engenheiro - júnior)
7	ENGENHEIRO FLORESTAL PLENO	Respeitar a proporcionalidade constante da Tabela de Consultoria do DNIT (= 1,0651 x piso mínimo do engenheiro - júnior)
8	ENGENHEIRO FLORESTAL JÚNIOR	Piso da CCT aplicável ou da Lei nº 4.950- A/1966, conforme o caso
9	ENGENHEIRO AMBIENTAL PLENO	Respeitar a proporcionalidade constante da Tabela de Consultoria do DNIT (= 1,0549 x piso mínimo do engenheiro - júnior)
10	BÍOLOGO SÊNIOR	R\$ 8.596,63
11	BACHAREL EM DIREITO SÊNIOR	R\$ 7.584,67
12	ADMINISTRATIVO PLENO	R\$ 7.237,98
13	ADMINISTRATIVO JÚNIOR	R\$ 6.241,49
14	ADMINISTRATIVO AUXILIAR	R\$ 5.211,35
15	TÉCNICO ADMINISTRATIVO PLENO	R\$ 2.833,33
16	SECRETÁRIA JÚNIOR	R\$ 2.409,34

Nota: remuneração considerada para carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

22.11. Para efeito da proposta deverá ser observado o que dispõe na CCT aplicável que abrange a atividade preponderante da futura CONTRATADA, bem como pelo fato de que as atividades serão desenvolvidas presencialmente em Brasília/DF.

22.12. Excepcionalmente, durante a pandemia do coronavírus (COVID-19), a forma de execução poderá ser realizada em regime de trabalho remoto, sem necessidade de comparecimento à repartição, resguardada a correta prestação dos serviços.

23. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. A dotação orçamentária da contratação será indicada no Edital.

24. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

24.1. O prazo de vigência do Contrato será de 30 (trinta) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, mediante Termo Aditivo, com base no inciso II, art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

24.2. Os serviços relativos à Consultoria Especializada serão demandados por Ordens de Serviço individualizadas, e medidos conforme apresentação de relatórios parciais e final conforme definido pela fiscalização.

24.3. As demandas por deslocamento e diárias serão demandados por Ordens de Serviço Individualizadas e medidos mediante aprovação do relatório de viagem que poderá consistir em relatório de vistoria de campo e/ou memórias de reunião.

24.4. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- Anexo I – Estudo Técnico Preliminar da Contratação - ETP nº 12/2021 (SEI nº 7744588);
- Anexo II – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços e Cronograma Físico-Financeiro (SEI nº 7741295);
- Anexo III – Instrumento De Medição De Resultado - IMR;
- Anexo IV – Listagem das Categorias Profissionais que Integrarão a Equipe Técnica;
- Anexo V – Modelo de Currículo Sugerido;
- Anexo VI – Principais Regulamentos da ANTT Concernentes às Atividades Desenvolvidas na GEENG.

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Nome: LUÍS CARLOS DE OLIVEIRA TAQUES	Matrícula/SIAPE: 1662208
(datado e assinado eletronicamente) LUÍS CARLOS DE OLIVEIRA TAQUES	
Nome: VALDEYLSO ALVES DA SILVA	Matrícula/SIAPE: 1664551
(datado e assinado eletronicamente) VALDEYLSO ALVES DA SILVA	
Nome: FERNANDO DE FREITAS BEZERRA	Matrícula/SIAPE: 1020498
(datado e assinado eletronicamente) FERNANDO DE FREITAS BEZERRA	

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA AUTORIDADE COMPETENTE	
Nome: ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE	Matrícula/SIAPE: 1348665
Considerando as justificativas apresentadas pelo setor demandante no documento por meio do qual solicita a abertura de processo licitatório em questão e no Termo de Referência, e tendo em vista que este contempla os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual, assim como os demais elementos obrigatórios pertinentes exigidos no art. 3º, inciso XI, do Decreto nº 10.024/2019, APROVO o referido documento.	
(datado e assinado eletronicamente) ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE	

ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

DOCUMENTO SEI Nº 7744588.

ANEXO II - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

QUADRO RESUMO						
DESPESAS FIXAS						
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD POSTOS	VALOR MENSAL DE CADA POSTO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL (12 MESES)	VALOR TOTAL (30 MESES)
		(UND)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
		[A]	[B]	[C] = [A] X [B]	[D] = [C] X 12	[E] = [C] X 30
1	ENGENHEIRO COORDENADOR	1	R\$ 37.181,98	R\$ 37.181,98	R\$ 446.183,76	R\$ 1.115.459,40
2	ENGENHEIRO DE PROJETOS SÊNIOR	5	R\$ 31.631,74	R\$ 158.158,70	R\$ 1.897.904,40	R\$ 4.744.761,00
3	ENGENHEIRO DE PROJETOS PLENO	14	R\$ 24.240,41	R\$ 339.365,74	R\$ 4.072.388,88	R\$ 10.180.972,20
4	ENGENHEIRO DE PROJETOS JUNIOR	3	R\$ 22.065,43	R\$ 66.196,29	R\$ 794.355,48	R\$ 1.985.888,70
5	ENGENHEIRO AGRIMENSOR JUNIOR	1	R\$ 22.065,43	R\$ 22.065,43	R\$ 264.785,16	R\$ 661.962,90
6	ENGENHEIRO FLORESTAL SÊNIOR	1	R\$ 29.412,48	R\$ 29.412,48	R\$ 352.949,76	R\$ 882.374,40
7	ENGENHEIRO FLORESTAL PLENO	2	R\$ 23.449,32	R\$ 46.898,64	R\$ 562.783,68	R\$ 1.406.959,20
8	ENGENHEIRO FLORESTAL JUNIOR	1	R\$ 23.449,32	R\$ 23.449,32	R\$ 281.391,84	R\$ 703.479,60
9	ENGENHEIRO AMBIENTAL PLENO	1	R\$ 23.231,04	R\$ 23.231,04	R\$ 278.772,48	R\$ 696.931,20
10	BIÓLOGO SÊNIOR	1	R\$ 20.353,77	R\$ 20.353,77	R\$ 244.245,24	R\$ 610.613,10
11	BACHAREL EM DIREITO SÊNIOR	1	R\$ 18.054,57	R\$ 18.054,57	R\$ 216.654,84	R\$ 541.637,10
12	ADMINISTRATIVO PLENO	1	R\$ 17.266,88	R\$ 17.266,88	R\$ 207.202,56	R\$ 518.006,40
13	ADMINISTRATIVO JUNIOR	1	R\$ 15.002,85	R\$ 15.002,85	R\$ 180.034,20	R\$ 450.085,50
14	ADMINISTRATIVO AUXILIAR	1	R\$ 12.662,35	R\$ 12.662,35	R\$ 151.948,20	R\$ 379.870,50
15	TÉCNICO ADMINISTRATIVO PLENO	1	R\$ 7.325,49	R\$ 7.325,49	R\$ 87.905,88	R\$ 219.764,70
16	SECRETÁRIA JÚNIOR	1	R\$ 6.395,77	R\$ 6.395,77	R\$ 76.749,24	R\$ 191.873,10
VALOR TOTAL DAS DESPESAS FIXAS				R\$ 843.021,30	R\$ 10.116.255,60	R\$ 25.290.639,00
DESPESAS EVENTUAIS						
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL (12 MESES)	VALOR TOTAL (30 MESES)
		(30 MESES)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
		[A]	[B]	[C] = [A] X [B] / 30	[D] = [C] X 12	[E] = [C] X 30
17	CONSULTORIA ESPECIALIZADA	30	R\$ 44.728,41	R\$ 44.728,41	R\$ 536.740,92	R\$ 1.341.852,30
18	DESLOCAMENTO AÉREO	30	R\$ 1.577,08	R\$ 1.577,08	R\$ 18.924,96	R\$ 47.312,40
19	DESLOCAMENTO TERRESTRE	30	R\$ 638,86	R\$ 638,86	R\$ 7.666,32	R\$ 19.165,80
20	DIÁRIAS	120	R\$ 211,78	R\$ 847,12	R\$ 10.165,44	R\$ 25.413,60
SUBTOTAL DAS DESPESAS EVENTUAIS (R\$)				R\$ 47.791,47	R\$ 573.497,64	R\$ 1.433.744,10

VALOR REGULAR DOS SERVIÇOS + DESPESAS EVENTUAIS (R\$)	R\$ 890.812,77	R\$ 10.689.753,24	R\$ 26.724.383,10
VALOR GLOBAL PARA 30 MESES (R\$)			R\$ 26.724.383,10

ANEXO III - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR**I. DA DEFINIÇÃO**

- Este documento apresenta os critérios de medição de resultado, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
- A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto por meio do Instrumento de Medição de Resultado - IMR, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos e nas avaliações apresentadas pelos setores da área demandante, sempre que a CONTRATADA:
 - Não produzir os resultados com os níveis de conformidade exigidos neste instrumento;
 - Não apresentar de maneira satisfatória e com alta qualidade os indicadores apresentados.
- A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório (não seria em todas as fases?), o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto, da CONTRATADA, relatório sintético de avaliação da qualidade do serviço.
- A frequência de apresentação do relatório citado neste item será mensal.
- O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.
- Sempre que desejar, a CONTRATADA poderá solicitar os relatórios pormenorizados com o detalhamento das informações consideradas.
- A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- Na hipótese de comportamento reiterado de desconformidade na prestação do serviço em relação à qualidade exigida, pondo em risco a execução, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- É vedada a atribuição à CONTRATADA da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços de que tratam este instrumento.
- O fiscal técnico poderá realizar a avaliação em periodicidade distinta daquela inicialmente prevista, com a devida justificativa, quando entender ser necessário para o melhor controle da qualidade do objeto contratado.
- Aspectos operacionais da metodologia assim como a definição do rol e critérios de seleção das amostras serão estabelecidas pela Fiscalização do Contrato.
- Para efeito de recebimento provisório, o fiscal técnico do Contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos neste anexo.

II. DAS REGRAS GERAIS

- Os indicadores propostos para o IMR implicam em variáveis que estão sob controle da Administração e permitem a mensuração do nível de qualidade dos serviços prestados.
- A Fiscalização do Contrato acompanhará o desempenho da CONTRATADA com base nos indicadores propostos e utilizará dos mecanismos descritos no presente Instrumento para realizar a análise de sua adequabilidade.
- O resultado das avaliações dos Indicadores comporá as análises circunstanciadas de recebimento dos serviços prestados que serão entregues em tempo hábil, conforme Contrato, ao preposto da CONTRATADA, para que a esta possa emitir a fatura mensal dos serviços executados.
- Os pagamentos por parte da CONTRATANTE serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) estabelecido.

III. DOS INDICADORES, METAS E MECANISMOS DE CÁLCULO

- Para a medição dos resultados apresentados foram considerados como critérios de qualidade e eficiência:
 - Nível de Conformidade de Produtividade - NCP;
 - Nível de Conformidade de Produção - NCR;
 - Nível de Conformidade de Qualidade - NCQ.
- Cada conduta tipificada em cada um dos indicadores corresponderá ao desconto direto conforme disposto neste IMR.
- O desconto total será as somas dos descontos provenientes de cada um dos indicadores.
- As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo de descontos por problemas de qualidade.

METAS		
ATIVIDADE PROGRAMADA	PRODUTIVIDADE TEMPO MÉDIO POR RELATÓRIO	PRODUÇÃO QUANTIDADE DE RELATÓRIOS POR MÊS
2	15 (quinze) dias corridos	48 unidades
3	15 (quinze) dias corridos	24 unidades
4	15 (quinze) dias corridos	24 unidades
5	15 (quinze) dias corridos	24 unidades
TOTAL	15 (quinze) dias corridos	120 unidades

Nota: Para fins de apuração dos indicadores de NCP e NCR, serão considerados a produtividade e produção total indicado na tabela acima.

INDICADOR 1 - NÍVEL DE CONFORMIDADE DE PRODUTIVIDADE - NCP	
ITEM	DESCRIÇÃO

Finalidade	Garantir a prestação dos serviços de forma célere, no prazo requerido de modo a alcançar a produtividade esperada da contratação.
Meta a cumprir	Cumprimento dos serviços integrantes das atividades conforme a meta de tempo médio por relatório definido neste instrumento.
Instrumento de Medição	Planilha de cálculo e controle.
Forma de acompanhamento	Verificação mensal por parte da fiscalização do cumprimento dos prazos estabelecidos de execução, conforme relatórios técnicos apresentados (concluídos) e tecnicamente aceitos pela fiscalização. A contagem do tempo se inicia a partir do recebimento do processo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI pelo colaborador ou grupo de colaboradores.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Ao final de cada mês será verificada a quantidade de relatórios finalizados e o tempo decorrido para realização de cada relatório. O prazo será contabilizado em dias corridos. O tempo médio por relatório será calculado a partir da somatória dos tempos gastos em cada relatório, dividido pelo total de relatórios produzidos e aceitos no período. Com o resultado do tempo médio, será calculada a razão entre o tempo médio previsto (meta) e o tempo médio apurado (realizado).
Início da Vigência	30 (trinta) dias após o início das atividades.
Faixa de ajuste no Pagamento	Nível de Conformidade de Produtividade - NCP, entre: 95,01% e 97,50% - 0,25% de desconto 92,51% e 95,00% - 0,5% de desconto 90,01% e 92,50% - 1,0% de desconto 87,51% e 90,00% - 1,5% de desconto 85,01% e 87,50% - 2,0% de desconto Abaixo de 85,00% - 2,5% de desconto
Sanções	Conforme contrato.

INDICADOR 2 - NÍVEL DE CONFORMIDADE DE PRODUÇÃO - NCR	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a quantidade de serviços, na meta requerida de modo a alcançar a produção esperada da contratação.
Meta a cumprir	Cumprimento dos serviços integrantes das atividades conforme a meta de quantidade de relatórios mensal definida neste instrumento.
Instrumento de Medição	Planilha de cálculo e controle.
Forma de acompanhamento	Verificação mensal por parte da fiscalização do cumprimento da quantidade de relatórios estabelecidos na execução, conforme relatórios técnicos apresentados (concluídos) e tecnicamente aceitos pela fiscalização.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Ao final de cada mês será verificado a quantidade de relatórios finalizados. Com o resultado da quantidade de relatórios produzido no mês, será calculada a razão entre a quantidade apurada total (realizada) e a quantidade prevista total (meta). Vale dizer que a meta é global considera a soma de todos os produtos e não de forma individualizada por atividade programada. Caso a quantidade de demanda no mês não atinja a meta mensal estabelecida, deverá ser justificado com base nas evidências, e caso aceito, a meta será reduzida a quantidade possível de ser executada.
Início da Vigência	30 (trinta) dias após o início das atividades.
Faixa de ajuste no Pagamento	Nível de Conformidade de Produção - NCR, entre: 95,01% e 97,50% - 0,25% de desconto 92,51% e 95,00% - 0,5% de desconto 90,01% e 92,50% - 1,0% de desconto 87,51% e 90,00% - 1,5% de desconto 85,01% e 87,50% - 2,0% de desconto Abaixo de 85,00% - 2,5% de desconto
Sanções	Conforme contrato.

INDICADOR 3 - NÍVEL DE CONFORMIDADE DE QUALIDADE - NCQ	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Cumprimento dos serviços integrantes das atividades conforme a qualidade e coerência técnica esperada, condizente com os normativos vigentes e com a boa engenharia, observando as condições contratuais.
Meta a cumprir	Cumprimento dos serviços integrantes das atividades conforme prazo médio das entregas de 15 (quinze) dias úteis.
Instrumento de Medição	Planilha de cálculo e controle.

Forma de acompanhamento	Verificação mensal por parte da fiscalização do cumprimento da qualidade técnica, conforme relatórios técnicos apresentados (concluídos) e tecnicamente aceitos pela fiscalização.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Ao final de cada mês será verificado a quantidade de relatórios finalizados e aceitos tecnicamente pela fiscalização. Será calculada a razão entre a quantidade de relatórios finalizados e aceitos pela quantidade de relatórios finalizados (todos, aceitos e não aceitos). A reprovação do documento será registrada pelo fiscal.
Início da Vigência	30 (trinta) dias após o início das atividades.
Faixa de ajuste no Pagamento	Nível de Conformidade de Qualidade - NCQ, entre: 95,01% e 97,50% - 0,25% de desconto 92,51% e 95,00% - 0,5% de desconto 90,01% e 92,50% - 1,0% de desconto 87,51% e 90,00% - 1,5% de desconto 85,01% e 87,50% - 2,0% de desconto Abaixo de 85,00% - 2,5% de desconto
Sanções	Conforme contrato.

III. DOS RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO

23. Assim, em cada um dos relatórios mensais entregues, deverá ser informado, de forma analítica, o percentual da execução das ações demandadas para a equipe mobilizada, com a comparação entre a quantidade e o prazo previsto e realizado, bem como em relação a conformidade técnica.

24. O Fiscal Técnico ficará encarregado da avaliação mensal da qualidade do serviço.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS	
Responsável pela avaliação:	
Período avaliativo:	
Indicador: Execução dos Relatórios Técnicos	
Atividades desenvolvidas no período	
Relato dos fatos que ensejaram o descumprimento da conformidade técnica e dos prazos estabelecidos	
Nível de Conformidade de Produtividade (NCP)	Fórmula a ser aplicada
	$\frac{\text{Tempo Médio por Demanda Prevista (Meta)}}{\text{Tempo Médio das Demandas Concluídas (Aceitas)}}$
Nível de Conformidade Produção (NCR)	Fórmula a ser aplicada
	$\frac{\text{Quantidade Total de Demandas Concluídas (Aceitas)}}{\text{Quantidade Total de Demandas Previstas (Meta)}}$
Nível de Conformidade de Qualidade (NCQ)	Fórmula a ser aplicada
	$\frac{\text{Quantidade Total de Demandas Concluídas (Aceitas)}}{\text{Quantidade Total de Demandas Concluídas (Aceitas e Não Aceitas)}}$
<p>Nota: (1) São consideradas no computo as demandas concluídas em conformidade técnica, avaliadas e aceitas pelo fiscal no período vigente.</p> <p>(2) As Demandas concluídas e aceitas serão as que tiverem concordância do coordenador de área, onde será informado via e-mail no final de cada período.</p> <p>(3) As Demandas concluídas serão evidenciadas através dos relatórios emitidos e assinados pelos colaboradores no SEI.</p>	
<p>_____ Fiscal Técnico</p>	

IV. DAS FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

24. Os Níveis de Conformidade devem ser averiguados para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

25. A aplicação concomitante dos Níveis de Conformidade resultará em um unificado Percentual de Desconto sobre o Valor Total da Fatura.

26. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pelo Nível de Conformidade de Produtividade (NCP), de Produção (NCR) e de Qualidade (NCQ) do serviço, conforme apresentado nos quadros abaixo.

27. Caso alguma das metas não seja alcançada por motivos alheios às obrigações ou ações da contratada, os percentuais de descontos aplicados aos pagamentos relativos aos níveis de conformidade não serão aplicados, cabendo a devida justificativa, caso a ANTT entenda necessário.

NÍVEIS DE CONFORMIDADE (NCP, NCR e NCQ)	PERCENTUAIS DE DESCONTO SOBRE O VALOR TOTAL DA FATURA
--	--

95,01% e 97,50%	0,25%
92,51% e 95,00%	0,50%
90,01% e 92,50%	1,00%
87,51% e 90,00%	1,50%
85,01% e 87,50%	2,00%
Abaixo de 85,00%	2,50%

RELATÓRIO SINTÉTICO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO – (MÊS/ANO)	
NÍVEIS DE CONFORMIDADE	TOTAL
Nível de Conformidade de Produtividade (NCP)	%
Nível de Conformidade de Produção (NCR)	%
Nível de Conformidade de Qualidade (NCQ)	%
NÍVEIS DE CONFORMIDADE (NCP, NCR, CNQ)	PERCENTUAIS DE DESCONTO SOBRE O VALOR TOTAL DA FATURA
95,01% e 97,50%	0,25%
92,51% e 95,00%	0,50%
90,01% e 92,50%	1,00%
87,51% e 90,00%	1,50%
85,01% e 87,50%	2,00%
Abaixo de 85,00%	2,50%
PERCENTUAL TOTAL DE DESCONTO A SER APLICADO	
Desconto por NCP	%
Desconto por NCR	%
Desconto por NCQ	%
Desconto Total (NCP+NCR+NCQ)	%
<u>.(assinatura e carimbo).</u> Fiscal Técnico	

ANEXO IV - LISTAGEM DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS QUE INTEGRARÃO A EQUIPE TÉCNICA

Profissional	CBO
Engenheiro Civil	2142-05
Engenheiro Florestal	2221-20
Engenheiro Ambiental	2140-05
Engenheiro Agrimensor	2148-05
Biólogo	2211-05
Bacharel em Direito	2410-05
Administrativo Pleno	4101-05
Administrativo Júnior	4110-10
Administrativo Auxiliar	4110-10
Técnico Administrativo	4110-05
Secretária	2523-05

ANEXO V - MODELO DE CURRÍCULO SUGERIDO**CURRÍCULO PADRÃO - Todos os itens são de preenchimento obrigatório**

1. DADOS PESSOAIS			
Nome Completo:			
Endereço:			
Cidade/Estado:		CEP:	
Telefone Celular:		Telefone Residencial:	
E-mail:		Data de Nascimento:	
1.1 DADOS DA SELEÇÃO			
Edital para o qual se candidata:			
Nome do cargo pretendido:			
2. FORMAÇÃO ACADÊMICA			
Curso:			
Tipo de Formação:	() Tecnólogo	() Graduação	() Outros
Instituição de Ensino:			
Data de Início (dd/mm/aa):			Data de Conclusão (dd/mm/aa):
3. PÓS-GRADUAÇÃO			
3.1. Stricto Sensu			
Tipo:	() Mestrado	() Doutorado	
Área:			
Título:			
Instituição de Ensino:			
Data de Início (dd/mm/aa):			Data de Conclusão (dd/mm/aa):
3.2. Lato Sensu			
Área:			
Instituição de Ensino:			
Data de Início (dd/mm/aa):			Data de Conclusão (dd/mm/aa):
4. VINCULO EMPREGATÍCIO ATUAL - preencher um item.			
() Servidor Público Ativo Federal		() Servidor Público Ativo Estadual	
() Servidor Público Ativo Municipal		() Servidor Público Inativo, Especificar:	
	Exoneração (dd/mm/aa):	Aposentadoria (dd/mm/aa):	
() Consultor por meio de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais (PNUD, UNESCO, OEI, Unicef, etc.) Especificar:			
() Vigente	Início (dd/mm/aa):	Término (dd/mm/aa):	
() Encerrado	Início (dd/mm/aa):	Término (dd/mm/aa):	
() Funcionário de Empresa Estatal		() Funcionário de Empresa Privada	
() Sem vinculo Empregatício			
() Outros. Especificar:			

5. EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS	
Específicas relacionadas com o edital:	

Empregador 1:				
Início (dd/mm/aa):		Saida (dd/mm/aa):		Tempo (nº de anos e)
Cargo / Função:				
Descrição das atividades gerais desempenhadas:				
Empregador 2:				
Início (dd/mm/aa):		Saida (dd/mm/aa):		Tempo (nº de anos e)
Cargo / Função:				
Descrição das atividades gerais desempenhadas:				
Empregador 3:				
Início (dd/mm/aa):		Saida (dd/mm/aa):		Tempo (nº de anos e)
Cargo / Função:				
Descrição das atividades gerais desempenhadas:				
Empregador 4:				
Início (dd/mm/aa):		Saida (dd/mm/aa):		Tempo (nº de anos e)
Cargo / Função:				
Descrição das atividades gerais desempenhadas:				
Empregador 5:				
Início (dd/mm/aa):		Saida (dd/mm/aa):		Tempo (nº de anos e)
Cargo / Função:				
Descrição das atividades gerais desempenhadas:				
Empregador 6:				
Início (dd/mm/aa):		Saida (dd/mm/aa):		Tempo (nº de anos e)
Cargo / Função:				
Descrição das atividades gerais desempenhadas:				
6. OUTRAS INFORMAÇÕES				
Descrever, de forma clara e concisa as 02 (duas) realizações profissionais mais importantes / com êxitos nas áreas mencionadas no item nº (Experiências Profissionais). Limite 20 linhas.				

ANEXO VI - PRINCIPAIS REGULAMENTOS DA ANTT CONCERNENTES ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA GEENG

- [Resolução ANTT nº 1.187, de 09 de novembro de 2005](#): dispõe sobre os procedimentos de execução de obras e serviços pelas Concessionárias nas rodovias federais reguladas pela ANTT;
- [Resolução ANTT nº 3.651, de 07 de abril de 2011](#): aprova a metodologia de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessão de rodovias federais concedidas, em decorrência de novas obras e serviços;
- [Resolução ANTT nº 4.071, de 03 de abril de 2013](#): regulamenta as infrações sujeitas às penalidades de advertência e multa por inexecução contratual na exploração da infraestrutura rodoviária federal concedida;
- [Resolução ANTT nº 5.083, de 27 de abril de 2016](#); [Resolução ANTT nº 5.908, de 15 de setembro de 2020](#): 2016: aprova o Regulamento disciplinando, no âmbito da ANTT, o processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de penalidades decorrentes de condutas que infrinjam a legislação de transportes terrestres e os deveres estabelecidos nos editais de licitações, nos contratos de concessão, de permissão e de arrendamento e nos termos de outorga de autorização.
- [Resolução ANTT nº 5.819, de 10 de maio de 2018](#): estabelece os procedimentos gerais para requerimento de Declaração de Utilidade Pública - DUP referente aos projetos e investimentos, no âmbito das outorgas estabelecidas pela ANTT;
- [Resolução ANTT nº 5.859, de 03 de dezembro de 2019](#): dispõe sobre o procedimento de inclusão, exclusão, alteração e reprogramação de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia, no âmbito das revisões quinquenais das concessões de rodovias federais reguladas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, e dá outras providências;

- [Resolução ANTT nº 5.908, de 15 de setembro de 2020](#): dispõe sobre os atos públicos de liberação de atividades econômicas, sua classificação de risco e os respectivos prazos máximos de análise de que trata o Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019;
- [Resolução ANTT nº 5.926, de 02 de fevereiro de 2021](#): estabelece diretrizes para encerramento, relicitação e extensão dos contratos de concessão de infraestrutura rodoviária sob competência da Agência Nacional de Transportes Terrestres;
- [Portaria SUINF nº 129, de 21 de maio de 2015](#): estabelece os procedimentos a serem adotados pelas Concessionárias de Rodovias Federais, para a elaboração do Plano Básico Ambiental - PBA, o qual deverá ser encaminhado à ANTT, como parte das exigências da Resolução nº 1.187/2005, Anexo I, item 6, subitem "m";
- [Portaria SUINF nº 283, de 22 de novembro de 2017](#): estabelece os procedimentos a serem adotados pelas Concessionárias de rodovias federais para a elaboração e envio de Relatório de Acompanhamento Ambiental (RAA), do Relatório de Programas Sociais e Ambiental (RSE) e das comunicações realizadas entre a Concessionária e os órgãos ambientais;
- [Portaria SUINF nº 184, de 09 de agosto de 2018](#): institui as diretrizes para elaboração do Plano de Gerenciamento de Riscos e Plano de Ação de Emergência (PGR/PAE) e revisar os procedimentos, definidos no capítulo 4.8 (Gerenciamento de riscos) do anexo da Portaria SUINF nº 130/2015, a serem adotados pelas concessionárias de rodovias federais para a elaboração e envio do relatório com informações relacionadas aos acidentes rodoviários envolvendo produtos perigosos;
- [Portaria SUINF nº 28, de 07 de fevereiro de 2019](#): Revisa as Diretrizes para Elaboração de Estudos e Projetos de Rodovias no âmbito da Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF;
- Contratos de Concessão de Rodovias Federais e respectivos Programas de Exploração das Rodovias - PERs.

Observação: os normativos estão disponíveis para consulta no site https://anttleis.antt.gov.br/action/ActionDatalegis.php?acao=apresentacao&cod_modulo=420&cod_menu=6616 e os Contratos de Concessão e PERs no site <https://portal.antt.gov.br/rodovias>.

AVISO: O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica. A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta. Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente da ANTT.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO DE FREITAS BEZERRA, Gerente**, em 19/08/2021, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALDEYLSON ALVES DA SILVA, Coordenador(a)**, em 19/08/2021, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUÍS CARLOS DE OLIVEIRA TAQUES, Coordenador(a)**, em 19/08/2021, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIS MACAGNAN FREIRE, Superintendente**, em 19/08/2021, às 17:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7807750** e o código CRC **DA6180F6**.

Estudo Técnico Preliminar 12/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 50500.039542/2021-42

2. Introdução

O presente documento tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação da prestação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva para o apoio ao desenvolvimento das atividades de competência regimental da Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias - GEENG da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, bem como, fornecer informações necessárias para subsidiar o respectivo processo.

3. Descrição da necessidade

Atualmente, conforme verifica-se do site <https://portal.antt.gov.br/concessionarias>, a ANTT administra 22 (vinte e dois) contratos de concessão de rodovias federais, totalizando aproximadamente 10.354 km de extensão de rodovias concedidas, conforme indicado no quadro abaixo.

ITEM	PROCROFE	CONTRATO CONCESSÃO	CONCESSIONÁRIAS	DATAS MARCO			PRAZO	SISTEMA RODOVIÁRIO	EXTENSÃO
				ASSINATURA CONTRATO	INÍCIO CONCESSÃO	INÍCIO PEDÁGIO			
1	1ª Etapa	PG-137/95-00	Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. (NOVADUTRA)	31/10/1995	01/03/1996	01/08/1996	25 anos	BR-116/RJ/SP	402,00 km
2	1ª Etapa	PG-138/95-00	Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio (CONCER)	31/10/1995	01/03/1996	20/08/1996	25 anos	BR-040/MG/RJ	179,90 km
3	1ª Etapa	PG-156/95-00	Concessionária Rio - Teresópolis S.A. (CRT)	22/11/1995	22/03/1996	02/09/1996	25 anos	BR-116/RJ	142,50 km
4	1ª Etapa	013/00-MT (PJ/CD/215/98)	Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. (ECOSUL)	15/07/1998	24/07/1998	04/03/2001	25 anos	BR-116/RS e BR-392/RS	457,30 km
5	2ª Etapa - Fase I	Edital nº006/2007	Concessionária Autopista Planalto Sul S. A. (PLANALTO SUL)	14/02/2008	18/02/2008	19/12/2008	25 anos	BR-116/PR e BR-116/SC	412,70 km
6	2ª Etapa - Fase I	Edital nº003/2007	Concessionária Autopista Litoral Sul S.A. (LITORAL SUL)	14/02/2008	18/02/2008	22/02/2009	25 anos	BR-116/376/PR e BR-101/SC	405,90 km

7	2ª Etapa - Fase I	Edital nº001/2007	Concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A. (RÉGIS BITTENCOURT)	14/02/2008	18/02/2008	19/12/2008	25 anos	BR-116/SP/PR	401,60 km
8	2ª Etapa - Fase I	Edital nº002/2007	Concessionária Autopista Fernão Dias S. A. (FERNÃO DIAS)	14/02/2008	18/02/2008	19/12/2008	25 anos	BR-381/MG/SP	562,10 km
9	2ª Etapa - Fase I	Edital nº004/2007	Concessionária Autopista Fluminense S. A. (FLUMINENSE)	14/02/2008	18/02/2008	02/02/2009	25 anos	BR-101/RJ	320,10 km
10	2ª Etapa - Fase I	Edital nº005/2007	Transbrasiliana Concessionária de Rodovias S.A. (TRANSBRASILIANA)	14/02/2008	18/02/2008	18/12/2008	25 anos	BR-153/SP	321,60 km
11	2ª Etapa - Fase I	Edital nº007/2007	Concessionária Rodovia do Aço S.A. (RODOVIA DO AÇO)	26/03/2008	28/03/2008	05/03/2009	25 anos	BR-393/RJ	200,40 km
12	2ª Etapa - Fase II	Edital nº001/2008	Viabahia Concessionária de Rodovia S.A. (VIABAHIA)	03/09/2009	20/10/2009	07/12/2010	25 anos	BR-116/324 /BA e BA-526 /528	680,60 km
13	3ª Etapa - Fase II	Edital nº001/2011	ECO101 Concessionária de Rodovias S. A. (ECO101)	17/04/2013	10/05/2013	18/05/2014	25 anos	BR-101/ES/BA	475,90 km
14	3ª Etapa - Fase III	Edital nº001/2013	ECO050 – Concessionária de Rodovias S. A. (ECO050)	05/12/2013	08/01/2014	12/04/2015	30 anos	BR-050/GO/MG	436,60 km
15	3ª Etapa - Fase III	Edital nº004/2013	Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (CONCEBRA)	31/01/2014	05/03/2014	27/06/2015	30 anos	BR-060/153/262 /DF/GO/MG	1.176,50 km
16	3ª Etapa - Fase III	Edital nº003/2013	Concessionária Rota do Oeste S.A. (CRO)	12/03/2014	21/03/2014	06/09/2015	30 anos	BR-163/MT e MT-407	850,90 km
17	3ª Etapa - Fase III	Edital nº005/2013	Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (MSVIA)	12/03/2014	11/04/2014	14/09/2015	30 anos	BR-163/MS	847,20 km
18	3ª Etapa - Fase I	Edital nº006/2013	Concessionária BR 040 S.A. (VIA040)	12/03/2014	22/04/2014	30/07/2015	30 anos	BR-040/DF/GO /MG	936,80 km
19	3ª Etapa - Fase IV	Edital nº001/2015	Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. (ECOPONTE)	18/05/2015	01/06/2015	01/06/2015	30 anos	BR-101/RJ	13,20 km
20	4ª Etapa	001/2019 (Edital nº001 /2018)	Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (VIASUL)	11/01/2019	15/02/2019	15/02/2019	30 anos	BR-101/290/386 /448/RS	473,40 km
21	4ª Etapa	Edital nº01/2019	Concessionária Ecovias do Cerrado S.A. (ECOVIAS CERRADO)	19/12/2019	20/01/2020	14/11/2020	30 anos	BR-364/365 /MG/GO	437,00 km

22	4ª Etapa	Edital nº02/2019	Concessionária Catarinense de Rodovias S.A. (VIACOSTEIRA)	06/07/2020	07/08/2020	02/05/2021	30 anos	BR-101/SC	220,42 km
EXTENSÃO TOTAL									10.354,62 km

Além disso, de acordo com o site <https://portal.antt.gov.br/novos-projetos-em-rodovias>, estão sendo estudados atualmente 12 (doze) novos projetos de concessão de rodovias, que totalizam mais de 17.000 km de rodovias.

ITEM	SISTEMA RODOVIÁRIO	EXTENSÃO
1	BR-153/414/080/TO/GO	850,70 km
2	BR-163/230/MT/PA	1.009,52 km
3	BR-381/262/MG/ES	686,10 km
4	BR-116/101/SP/RJ	598,50 km
5	BR-116/465/493/RJ/MG	726,90 km
6	Rodovias Integradas Do Paraná	3.327,67 km
7	BR-040/495/MG/RJ	443,00 km
8	Contratação BNDES Área de atuação: AL, BA, CE, DF, GO, MT, MG, PB, PE, RN, RS, RO, SC, SE	6.594,00 km
9	BR-040 (DF/GO/MG)	709,70 km
10	BR-158/155/MT/PA	1.135,10 km
11	BR-135/316/MA	437,80 km
12	BR-163/MS	845,90 km
TOTAL		17.364,89 km

Destaca-se que já foi realizado o leilão da concessão da BR-153/414/080/TO/GO, conforme noticiado no site <https://portal.antt.gov.br/br-153-414-080-to-go>, e sendo assim, nos próximos meses, este novo ativo passará a compor a carteira de projetos de concessões de rodovias da ANTT.

Nota-se assim, além da grande malha viária abrangida atualmente, a intenção do Governo Federal de franca expansão da atividade, sendo que os serviços a serem contratados incidirão

sobre os trechos das rodovias federais sob a responsabilidade atual da ANTT, bem como os trechos de concessão que forem eventualmente contratados em data posterior ao início da presente proposta de contratação.

Desta feita, por meio da Deliberação ANTT nº 270, de 12 de maio de 2020, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT aprovou à vinculação da Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias - GEENG à Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUROD, e também definiu como atividades centrais a análise de aspectos de engenharia e o gerenciamento de atividades relacionadas a assuntos ambientais no âmbito da exploração da infraestrutura rodoviária.

Com isso, para o desempenho de forma eficiente das atividades relacionadas à GEENG, foram criadas as seguintes coordenações:

- i. Coordenação de Projetos e Estudos de Rodovias - CPROJ;
- ii. Coordenação de Faixa de Domínio de Rodovias - COFAD;
- iii. Coordenação de Assuntos Ambientais de Rodovias - COAMB.

Abaixo, nos termos da Portaria SUROD SEI nº 232/2021, ficaram estabelecidas as seguintes competências de cada coordenação da GEENG, a saber:

Art. 5º A Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias tem como atividades centrais analisar aspectos de engenharia e gerenciar atividades relacionadas a assuntos ambientais no âmbito da exploração da infraestrutura rodoviária.

§ 1º A Coordenação de Projetos e Estudos de Rodovias tem as seguintes atribuições:

I - analisar estudos de viabilidade, projetos funcionais, anteprojetos e projetos relacionados às obras e serviços de engenharia;

II - analisar projetos de interesse de terceiros que sejam classificados como polos geradores de viagem;

III - analisar aspectos técnicos relativos a localização, funcionalidade, tipologia de obras, entre outros aspectos de engenharia;

IV - analisar orçamentos, cotações e prestação de contas referentes aos projetos de obras e serviços de engenharia;

V - apresentar proposta para autorização de projetos de obras e serviços de engenharia;

VI - analisar e elaborar orçamentos de obras e serviços de recuperação de elementos da infraestrutura rodoviária entregues em desconformidades com os parâmetros de desempenho do Programa de Exploração da Rodovia - PER, no caso de extinção do contrato;

VII - promover estudos e pesquisas com temática de projetos de engenharia aplicáveis ao setor de infraestrutura rodoviária; e

VIII - propor regulamentação relacionada à sua área de atuação.

§ 2º A Coordenação de Faixa de Domínio de Rodovias tem as seguintes atribuições:

I - propor medidas relacionadas à gestão, controle e regularização das faixas de domínio;

II - analisar tecnicamente e acompanhar pedidos de declaração de utilidade pública;

III - promover as ações relacionadas aos atos autorizativos para uso e ocupação das faixas de domínio;

IV - prestar assessoria técnica na verificação das prestações de contas dos processos de desapropriação;

V - apoiar a Gerência na verificação e na emissão de termos de anuência para fins reconhecimento de limites das faixas de domínio;

VI - promover estudos e pesquisas com temática de faixa de domínio ou desapropriação aplicáveis ao setor de infraestrutura rodoviária; e

VII - propor regulamentação relacionada à sua área de atuação.

§ 3º A Coordenação de Assuntos Ambientais de Rodovias tem as seguintes atribuições:

I - acompanhar e fornecer o apoio técnico à tomada de decisão, acerca das atividades referentes ao licenciamento ambiental de obras e serviços;

II - monitorar os processos de licenciamento ambiental e autorizações;

III - analisar e acompanhar os indicadores ambientais;

IV - prestar assessoria técnica na verificação das prestações de contas dos processos relacionadas aos programas ambientais;

V - promover estudos e pesquisas com temática socioambiental aplicáveis ao setor de infraestrutura rodoviária; e

VI - propor regulamentação relacionada à sua área de atuação. (grifo nosso)

Além dos projetos, desapropriações, e estudos ambientais, e demais atividades previstas em contratos de concessão que são afetas a atuação da GEENG, temos também diversos processos judiciais e arbitrais em andamento no âmbito da SUROD, que envolvem valores vultosos e que necessitam de apoio na análise desta GEENG. No quadro abaixo, estão relacionados os procedimentos arbitrais que temos conhecimento que estão em curso.

ITEM	CONCESSIONÁRIA	CÂMARA DE ARBITRAGEM	PROCEDIMENTO ARBITRAL
1	Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S. A. (GALVÃO)	Câmara de Comércio Internacional	23433
2	Concessionária de Rodovias Minas Gerais - Goiás S. A. (ECO050)	Câmara de Comércio Internacional	23238
3	Concessionária BR 040 S.A. (VIA040)	Câmara de Comércio Internacional	23932
4	Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. (CONCEBRA)	Câmara de Comércio Internacional	24595
5	Viabahia Concessionária de Rodovia S.A. (VIABAHIA)	Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá	64/2019/SEC7
6	Concessionária Rota do Oeste S.A. (CRO)	Câmara de Comércio Internacional	23960
7	Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (MSVIA)	Câmara de Comércio Internacional	24597

Ainda, importante destacar que além de apoio na análise de pleitos das concessionárias, estão em andamento a apuração de "haveres e deveres" dos Contratos da 1ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais - PROCROFE (NOVADUTRA, CONGER e CRT) que estão se encerrando, conforme previsão contida na [Resolução ANTT nº 5.926, de 02 de fevereiro de 2021](#), onde esta Gerência está apurando atualmente valores de indenização em favor da União, com relação ao descumprimento dos parâmetros de desempenho previstos para o pavimento, sinalização (horizontal e vertical), obras de arte especiais e bens operacionais, que podem resultar em ressarcimento aos cofres públicos de montantes financeiros relevantes, acima de R\$ 500 milhões.

No quadro abaixo é demonstrado a quantidade de documentos gerados nas unidades organizacionais da GEENG entre o dia 10 de agosto de 2020 ao dia 31 de julho 2021, período este relativo ao primeiro ano do contrato de apoio similar a presente contratação.

SETOR	NOTA TÉCNICA	NOTA INFORMATIVA	PARECER	RELATÓRIO DIRETORIA	RELATÓRIO ANÁLISE	TERMO ANUÊNCIA	OFÍCIO	OFÍCIO CIRCULAR	DESPACHO	TOTAL
GEENG	13	1	11	2	3	0	463	26	330	849
CPROJ	1	0	669	0	727	0	1.342	0	780	3.519

COFAD	11	3	206	56	209	471	571	8	1.504	3.039
COAMB	88	1	192	0	360	0	217	5	652	1.515
TOTAL	113	5	1.078	58	1.299	471	2.593	39	3.266	8.922

Ademais, temos que também não só a alta carga de trabalho, mas também o baixíssimo efetivo de servidores lotados na GEENG também corrobora a necessidade da contratação, a qual conta atualmente com apenas 4 (quatro) servidores, conforme demonstrado no quadro abaixo.

ITEM	NOME	MATRÍCULA	CARGO	FUNÇÃO	FORMAÇÃO ACADÊMICA
1	Fernando de Freitas Bezerra	1020498	Especialista em Regulação	Gerente de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias	Engenheiro Civil
2	Luís Carlos De Oliveira Taques	1662208	Especialista em Regulação	Coordenador de Projetos e Estudos de Rodovias Gerente de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias - Substituto	Engenheiro Civil
3	Valdeylson Alves Da Silva	1664551	Analista de Infraestrutura	Coordenador de Faixa de Domínio de Rodovias Coordenador de Projetos e Estudos de Rodovias - Substituto	Engenheiro Civil
4	Daniele Nunes De Castro	2144034	Especialista em Regulação	Coordenadora de Assuntos Ambientais de Rodovias - Substituta	Engenheira Florestal

Assim, propõe-se a contratação de empresa técnica especializada para servir como força de trabalho auxiliar e acessória, com vistas a apoiar a realização das atividades inerentes às atribuições institucionais da GEENG, conforme dispõe a Resolução ANTT nº 5.888/2020, Deliberação ANTT nº 270/2020 e Portaria SUROD nº 232/2021, devendo tais serviços serem prestados de maneira continuada, haja vista sua perene necessidade e os relevantes impactos para a ANTT, em decorrência de sua eventual indisponibilidade.

Os serviços demandados deverão se traduzir, por exemplo, na realização das seguintes atividades subsidiárias que auxiliem a efetiva análise e decisão aos servidores da GEENG:

- Apoio nas análises de estudos, projetos de engenharia, orçamentos, cotações de obras e serviços, além de prestação de contas de verbas, com foco no subsídio à gestão dos contratos das concessões vigentes e demais estudos oriundos de demandas adversas;
- Apoio nas análises das propostas de declaração de utilidade pública, valores indenizatórios relativos às desapropriações, autorizações de uso da faixa de domínio, termos de anuência relacionados à retificação de áreas, propostas de regulamentação de faixa de domínio;
- Apoio nas análises e ao acompanhamento dos procedimentos de licenciamento ambiental, processos de licenciamento ambiental, gestão ambiental e demais análises relacionadas aos aspectos ambientais, com foco na gestão dos contratos das concessões de rodovias federais;
- Apoio nas análises subsidiárias na elaboração de pesquisas e levantamento de dados, informações e indicadores de performance;

- Apoio na elaboração de estudos e pesquisas de engenharia, ou vinculados à desapropriação ou meio ambiente úteis aos procedimentos de revisão ou elaboração de normas da ANTT, no tocante às concessões de rodovias federais, à compatibilização das ações de melhoramento da infraestrutura e dos serviços de transporte rodoviário com a preservação do meio ambiente ou subsidiárias ao cumprimento de demandas dos órgãos de controle e afins junto à SUOD;
- Apoio na elaboração de minutas de documentos técnicos e administrativos, como: despachos, ofícios, pareceres, notas técnicas, relatórios, dentre outros documentos cuja temática seja afeta às atividades desenvolvidas pela GEENG.

O que se almeja é contratar atividades acessórias e subsidiárias, ou seja, não constitui objeto da contratação quaisquer das atividades vedadas no art. 3º do Decreto nº 9.507/2018.

Pelo exposto, torna-se evidente que os serviços em questão são essenciais para o desenvolvimento das atividades atribuídas à GEENG, e que a interrupção dos mesmos comprometeria a continuidade das atividades conferidas a esta Agência pela [Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001](#) e [Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002](#), incorrendo em grave impacto na execução dos contratos das rodovias federais concedidas.

A demanda ainda é mais premente, tendo em vista que o Contrato Administrativo nº 10/2020 decorrente do Pregão Eletrônico nº 10/2020 ([50500.332517/2019-11](#)), terá seu termo em 31 de outubro 2021, conforme 1º Termo Aditivo, sabendo-se que o desprovimento de uma equipe de suporte, a agir em caráter subsidiário para o atendimento das demandas regimentais da GEENG, impactará na descontinuidade do atendimento às demandas internas e externas (das concessionárias) no formato e nos prazos necessários.

Com isso, a equipe de planejamento desta contratação, concluiu que, a equipe técnica mobilizada, terá capacidade de atender não somente as demandas atuais, bem como estará preparada, em curto prazo, para o atendimento às demandas futuras, considerando que o contrato proposto terá prazo de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado em até 60 (sessenta) meses, caso seja considerado vantajoso à época da renovação.

A proposta buscou meios de redução do orçamento e qualificação da equipe, considerando que, os custos com a infraestrutura serão fornecidos pela ANTT. Todavia, identificou-se que será necessário que a contratada provenha sua equipe com mecanismos tecnológicos de ponta para que atinja os níveis de produtividade e qualidade esperados, permitindo uma igualdade de condições entre àquele que apresenta/propõe o projeto e àquele que o analisa e avalia.

Assim, evidencia-se a real necessidade de apoio técnico para execução em caráter subsidiário de serviços de análise de estudos, projetos de engenharia e outros serviços especializados a serem desenvolvidos em caráter subsidiário às atividades relacionadas a assuntos ambientais e a faixa de domínio da exploração da infraestrutura rodoviária de competência da GEENG nos termos do Anexo da [Resolução ANTT nº 5.888/2020](#), e detalhadas na [Deliberação ANTT nº 270 /2020](#) e [Portaria SUOD nº 232/2021](#).

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Superintendência de Infraestrutura Rodoviária - SUOD/ANTT	André Luis Macagnan Freire

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação é fundamental para a consecução das atividades regimentais da GEENG e é decorrente da insuficiência de recursos humanos para atender a todas as demandas provenientes das concessões de rodovias federais ora contratadas, e àquelas que o Governo Federal pretende estruturar e contratar.

Com isso, a contratação foi estruturada considerando os seguintes pilares: eficiência da gestão, eficiência da fiscalização, otimização da equipe, qualificação da equipe, absorção de conhecimento por parte dos servidores da ANTT, otimização de recursos públicos, equalização das condições tecnológicas das análises realizadas na ANTT em correlação com os projetos propostos pelas concessionárias.

Na presente contratação foi adotado o critério híbrido de posto de trabalho, atrelado a Índices de Medição de Resultados, conforme possibilidade prevista na IN SEGES/MP nº 05/2017.

Desse modo, considerando que são diversas temáticas que se inter-relacionam, concluiu-se que a melhor forma de gestão da contratação e considerar alocação por postos de trabalho, contemplando relatórios de análise técnica por demanda, e também por relatório mensal consolidadores das atividades executadas no período, o que permitirá a avaliação da produtividade mês a mês.

No Termo de Referência, de forma a permitir vistorias *in loco* dos profissionais alocados na equipe técnica da consultoria, garantindo-lhes a maior eficiência dos trabalhos técnicos desempenhados, há no formato de acionamento por demanda, de recursos que garantam o deslocamento e a cobertura de valores para diárias dos profissionais. Além das atividades rotineiras, há a previsão de que se possa usufruir de consultoria especializada a ser acionada por demanda. Esse item permitirá a realização de ações específicas que incrementarão o arcabouço de conhecimento da ANTT.

Está claro no Termo de Referência que a equipe técnica, fora o consultor, deverá ser alocada para o desenvolvimento das atividades na sede da ANTT, em Brasília. Essa decisão considerou o melhor gerenciamento das atividades, além do que, nas informações que são manipuladas, há a necessidade de salvaguardas de sigilo.

Todavia, de forma excepcional, durante a pandemia do coronavírus (COVID-19), a forma de execução poderá ser realizada sob o regime de trabalho remoto, sem necessidade de comparecimento à repartição, resguardada a correta prestação dos serviços.

Os requisitos necessários para o atendimento da contratação são detalhados no Termo de Referência, os quais destaca-se abaixo:

- Nos termos do artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93, trata-se de serviço continuado;
- Nos termos do art. 17 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017, a presente contratação trata-se de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, por posto de trabalho;
- O Regime de Execução é Empreitada por Preço Unitário;
- A duração do contrato será de 30 (trinta) meses, autorizada a prorrogação por até 60 (sessenta) meses;
- Práticas de sustentabilidade ambiental descritas no Termo de Referência;
- Poderá haver necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas conforme descrito no Termo de Referência;
- Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço;

- Cumprimento das obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE previstas no Termo de Referência.

6. Levantamento de Mercado

A solução a ser contratada é implementada em todos os órgãos vinculados ao Ministério da Infraestrutura - MINFRA.

Os critérios técnicos de seleção do fornecedor são de amplo conhecimento, grande número de fornecedores e não restringe a competitividade no certame.

7. Descrição da solução como um todo

A contratação em questão trata-se de prestação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva para o apoio ao desenvolvimento das atividades de competência regimental da GEENG, em caráter subsidiário aos servidores alocados na referida Gerência.

Como já abordado, a contratação é fundamental para que haja a continuidade das ações hoje realizadas por meio do Contrato Administrativo nº 10/2020.

Além disso, o modelo de negócio ora proposto, permitirá a eficiência da gestão, eficiência da fiscalização, otimização da equipe, qualificação da equipe, absorção de conhecimento por parte dos servidores da ANTT, otimização de recursos públicos, equalização das condições tecnológicas das análises realizadas na ANTT em correlação com os projetos propostos pelas concessionárias.

Na presente contratação foi adotado o critério híbrido de posto de trabalho, atrelado a Índices de Medição de Resultados, conforme possibilidade prevista na IN SEGES/MP nº 05/2017.

O objeto do contrato tem a natureza de serviço comum de engenharia.

A presente contratação adotará como regime de execução do tipo empreitada por preço unitário, uma vez que o regime é útil, pois comporta a modulação na execução e reduzirá as dificuldades em caso de variações e quantitativos ao longo da contratação.

O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/1993.

A Contratação se dará por lote único para que se possa preservar a integridade qualitativa, quantitativa, técnica e econômica do objeto.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa de quantidade foi baseada na atual necessidade da GEENG, e seguiu as premissas do quantitativo previsto no Pregão Eletrônico nº 10/2020.

Para cada atividade técnica (2 a 5), foi previsto pelo menos 1 (um) engenheiro nível sênior (mínimo de 10 anos de experiência), pleno (mínimo de 5 anos de experiência) e júnior (mínimo de 2 anos de experiência).

Seque o quadro com a estimativa das quantidades a serem contratadas:

--	--	--

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (POSTO DE TRABALHO)
1	ENGENHEIRO COORDENADOR	1
2	ENGENHEIRO DE PROJETOS SÊNIOR	5
3	ENGENHEIRO DE PROJETOS PLENO	14
4	ENGENHEIRO DE PROJETOS JÚNIOR	3
5	ENGENHEIRO AGRIMENSOR JUNIOR	1
6	ENGENHEIRO FLORESTAL SÊNIOR	1
7	ENGENHEIRO FLORESTAL PLENO	2
8	ENGENHEIRO FLORESTAL JÚNIOR	1
9	ENGENHEIRO AMBIENTAL PLENO	1
10	BIÓLOGO SÊNIOR	1
11	BACHAREL EM DIREITO SÊNIOR	1
12	ADMINISTRATIVO PLENO	1
13	ADMINISTRATIVO JÚNIOR	1
14	ADMINISTRATIVO AUXILIAR	1
15	TÉCNICO ADMINISTRATIVO PLENO	1
16	SECRETÁRIA JÚNIOR	1
TOTAL		36

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (UNIDADE DE DESPESA)
------	-----------	------------------------------------

17	CONSULTORIA ESPECIALIZADA	25
18	DESLOCAMENTO AÉREO	25
19	DESLOCAMENTO TERRESTRE	25
20	DIÁRIAS	100
TOTAL		175

9. Estimativa do Valor da Contratação

Segue o quadro com as estimativas dos valores da contratação:

QUADRO RESUMO						
DESPESAS FIXAS						
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD POSTOS	VALOR MENSAL DE CADA POSTO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL (12 MESES)	VALOR TOTAL (30 MESES)
		(UND)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
		[A]	[B]	[C] = [A] X [B]	[D] = [C] X 12	[E] = [C] X 30
1	ENGENHEIRO COORDENADOR	1	R\$ 37.181,98	R\$ 37.181,98	R\$ 446.183,76	R\$ 1.115.459,40
2	ENGENHEIRO DE PROJETOS SÊNIOR	5	R\$ 31.631,74	R\$ 158.158,70	R\$ 1.897.904,40	R\$ 4.744.761,00
3	ENGENHEIRO DE PROJETOS PLENO	14	R\$ 24.240,41	R\$ 339.365,74	R\$ 4.072.388,88	R\$ 10.180.972,20
4	ENGENHEIRO DE PROJETOS JUNIOR	3	R\$ 22.065,43	R\$ 66.196,29	R\$ 794.355,48	R\$ 1.985.888,70
5	ENGENHEIRO AGRIMENSOR JUNIOR	1	R\$ 22.065,43	R\$ 22.065,43	R\$ 264.785,16	R\$ 661.962,90
6	ENGENHEIRO FLORESTAL SÊNIOR	1	R\$ 29.412,48	R\$ 29.412,48	R\$ 352.949,76	R\$ 882.374,40

7	ENGENHEIRO FLORESTAL PLENO	2	R\$ 23.449,32	R\$ 46.898,64	R\$ 562.783,68	R\$ 1.406.959,20
8	ENGENHEIRO FLORESTAL JUNIOR	1	R\$ 23.449,32	R\$ 23.449,32	R\$ 281.391,84	R\$ 703.479,60
9	ENGENHEIRO AMBIENTAL PLENO	1	R\$ 23.231,04	R\$ 23.231,04	R\$ 278.772,48	R\$ 696.931,20
10	BIÓLOGO SÊNIOR	1	R\$ 20.353,77	R\$ 20.353,77	R\$ 244.245,24	R\$ 610.613,10
11	BACHAREL EM DIREITO SÊNIOR	1	R\$ 18.054,57	R\$ 18.054,57	R\$ 216.654,84	R\$ 541.637,10
12	ADMINISTRATIVO PLENO	1	R\$ 18.725,64	R\$ 18.725,64	R\$ 224.707,68	R\$ 561.769,20
13	ADMINISTRATIVO JUNIOR	1	R\$ 16.260,77	R\$ 16.260,77	R\$ 195.129,24	R\$ 487.823,10
14	ADMINISTRATIVO AUXILIAR	1	R\$ 13.712,66	R\$ 13.712,66	R\$ 164.551,92	R\$ 411.379,80
15	TÉCNICO ADMINISTRATIVO PLENO	1	R\$ 7.441,71	R\$ 7.441,71	R\$ 89.300,52	R\$ 223.251,30
16	SECRETÁRIA JÚNIOR	1	R\$ 6.881,36	R\$ 6.881,36	R\$ 82.576,32	R\$ 206.440,80
VALOR TOTAL DAS DESPESAS FIXAS				R\$ 847.390,10	R\$ 10.168.681,20	R\$ 25.421.703,00
DESPESAS EVENTUAIS						
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL (12 MESES)	VALOR TOTAL (30 MESES)
		(30 MESES)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
		[A]	[B]	$[C] = [A] \times [B] / 30$	$[D] = [C] \times [12]$	$[E] = [C] \times [30]$
17	CONSULTORIA ESPECIALIZADA	25	R\$ 44.728,41	R\$ 37.273,68	R\$ 447.284,10	R\$ 1.118.210,25
18	DESLOCAMENTO AÉREO	25	R\$ 1.577,08	R\$ 1.314,23	R\$ 15.770,80	R\$ 39.427,00
19	DESLOCAMENTO TERRESTRE	25	R\$ 638,86	R\$ 532,38	R\$ 6.388,60	R\$ 15.971,50
20	DIÁRIAS	100	R\$ 211,78	R\$ 705,93	R\$ 8.471,20	R\$ 21.178,00

SUBTOTAL DAS DESPESAS EVENTUAIS (R\$)	R\$ 39.826,23	R\$ 477.914,70	R\$ 1.194.786,75
VALOR REGULAR DOS SERVIÇOS + DESPESAS EVENTUAIS (R\$)	R\$ 887.216,33	R\$ 10.646.595,90	R\$ 26.616.489,75
VALOR GLOBAL PARA 30 MESES (R\$)			R\$ 26.616.489,75

- Valor global para 30 (trinta) meses: **R\$ 26.616.489,75 (vinte e seis milhões, seiscentos e dezesseis mil quatrocentos e oitenta e nove reais e setenta e cinco centavos).**

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme a estrutura organizacional estabelecida na [Portaria SUROD nº 232/2021](#), que estabelece a organização interna da SUROD, a GEENG tem como atividades centrais analisar aspectos de engenharia e gerenciar atividades relacionadas a assuntos ambientais no âmbito da exploração da infraestrutura rodoviária.

Para tanto, a gerência dispõe de 3 (três) coordenações, a saber:

- Coordenação de Projetos e Estudos de Rodovias - CPROJ: cuida da análise e desenvolvimento de estudos e projetos de engenharia;
- Coordenação de Faixa de Domínio de Rodovias - COFAD: cuida da verificação da adequação do projeto de engenharia analisado com as questões de desapropriação ou utilização da faixa de domínio, sobremaneira no que concerne à compatibilidade com o projeto de desapropriação e análise do mesmo;
- Coordenação de Assuntos Ambientais de Rodovias - COAMB: cuida da gestão e análise de assuntos ambientais.

Neste esboço, cumpre evidenciar que as atividades dessa Gerência se realizam de forma integrada, de modo a, essencialmente, procurar cumprir dois quesitos principais:

- o primeiro atinente à verificação do atendimento dos aspectos de engenharia e meio ambiente vinculados aos contratos de concessões e aos Programas de Exploração Rodoviária- PERs, respectivos a cada concessionária;
- o segundo, é relativo à avaliação do valor de referência e atendimento às normas técnicas aplicáveis aos estudos e projetos para fins de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro, o que se dá em decorrência da inserção de novos investimentos nos contratos de concessões rodoviárias.

Em ambos os casos, as participações das coordenações guardam relevante interdependência para que a Gerência enfim emita seus pareceres que irão orientar as demais áreas da SUROD.

A exemplo disso, podem-se citar as análises dos Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental - EVTEA. Nelas, a apreciação deve dar-se de forma multidisciplinar, atuando o apoio técnico na verificação especializada dos aspectos que envolvem todas as três coordenações de uma só vez. Tome-se por base o levantamento do investimento para fins de apuração dos custos de implantação do empreendimento, item inerente a esse tipo de estudo. Neste caso, faz-se necessária a manifestação de profissionais com experiência tanto em engenharia rodoviária

quanto em desapropriação, além de meio ambiente, a fim de avaliar os métodos de estimativa empregados para levantamento dos gastos com indenizações, execução de obras, medidas e programas ambientais.

Portanto, os profissionais do apoio técnico trabalham permeando as coordenações de forma coesa, com vistas a um único objetivo, de forma a municiar a GEENG com elementos técnicos que permitam formular um parecer técnico conclusivo acerca da questão.

Podem-se citar ainda as análises de engenharia de projetos relativos a novos investimentos. Nestes casos, o valor pleiteado é analisado no âmbito da GEENG, expresso na planilha orçamentária correspondente, contempla itens que abrangem desde o custo direto da obra até as áreas passíveis de desapropriação e valores pleiteados, passando ainda por gastos ambientais decorrentes de compensação ou medidas mitigadoras, o que, de forma salutar, demandam uma gestão e análise integradas, com uma só equipe de técnicos, e sob a orientação de uma única equipe de coordenação.

Nestes casos, e na grande maioria das atividades desenvolvidas no âmbito da GEENG, atuará o apoio técnico especializado em uníssono, de sorte a fornecer elementos técnicos de análise que subsidiem a tomada de decisão da gerência e a emissão de seus pareceres.

Desta forma, a equipe técnica necessária à consecução dessas atividades deve vincular-se a uma única coordenação, de sorte a garantir a agilidade na obtenção das informações e padronização de procedimentos. Com isso, evitam-se situações em que não há consenso de metodologias de trabalho decorrentes de um fracionamento do objeto devido ao loteamento do certame, compondo, por exemplo, 3 (três) equipes distintas por coordenação cujo sucesso do trabalho integrado entre elas não é garantido.

Sob a ótica da economicidade, há de se ressaltar ainda que o loteamento demandaria incremento de profissionais na coordenação (pois cada lote deve possuir sua equipe de coordenação específica), bem como a equipe de apoio técnico administrativo, não permitindo esses profissionais transversalmente. Isso se dá porque, ao se dispor da equipe mínima apresentada no Termo de Referência deste certame, já se previu um aproveitamento de determinados profissionais conforme a demanda das coordenações exigir.

Logo, ao invés de 3 (três) equipes distintas, cada uma atendendo a uma Coordenação da GEENG, viabiliza-se uma otimização tanto da coordenação geral, do apoio técnico quanto dos técnicos disponíveis ao trabalho. Portanto, o loteamento desse objeto especificamente tende a aumentar o valor de referência, sendo mais econômico dispor de lote único.

Em razão do exposto, entende-se por inviável o loteamento do certame, de forma que a adoção de lote único não só evitará prejuízos à Administração como trará benefícios do ponto de vista da gestão e atingimento dos objetivos da GEENG.

Portanto, para além da inviabilidade técnica, a contratação em lote único centraliza, sincroniza, aprimora e otimiza as estruturas administrativas e operacionais da GEENG, convertendo-se em eficiência administrativa, operacional e econômica da contratação, justificando-se a opção de não parcelamento do objeto, ou seja, da contratação em lote único.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há. Para a delimitação do objeto, foi promovido levantamento a miúdo das ações propostas no Termo de Referência e promovido o cruzamento com as demais contratações existentes ou em fase de planejamento e licitação no âmbito da SUROD, constatando-se que não há sobreposição, correlação, interdependência ou conflito entre os objetos.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Conforme Deliberações ANTT [nº 275/2020](#), [nº 528/2020](#) e [nº 158/2021](#), estão previstos no Planejamento Anual de Contratações - PAC da ANTT de 2021 e 2022 o valor estimado global para contratação dos serviços de apoio técnico para a execução de serviços de análise de estudos, projetos de engenharia, orçamentos, prestações de contas, além de serviços especializados de apoio às atividades relacionadas a assuntos ambientais, faixa de domínio e desapropriação, no âmbito da GEENG.

Anteriormente à fase em que se modulou o Planejamento da Contratação, foi elaborado o Documento de Formalização da Demanda (SEI nº 6416656), que indicou características da execução contratual, com definição detalhada de escopo, definição da estrutura profissional, bem como os critérios para aferição da produtividade.

A presente proposta considerou que se trata de serviço comum de engenharia, visto que há amplo conhecimento do mercado.

Para o norteameto da contratação foi elaborado o Termo de Referência (SEI nº 7288032), onde constam as especificações, o regime de execução, critérios de aceitabilidade, medições, critérios de produtividade, dentre outras informações necessárias para a formulação da proposta.

Também foram realizados outros instrumentos tais como o mapeamento de riscos (SEI nº 6433087), planilha orçamentária, cronograma, além de modelos de formulários necessários para a padronização das ações de controle da contratação.

A contratação proposta está balizada nas reais necessidades, tendo em vista que a descontinuidade das atividades, como dita, de competência regimental da GEENG, trará grave impacto às concessões em vigência, quanto àquelas que se pretende estruturar.

O modelo de contratação ora proposto, foi idealizado considerando a qualificação da execução contratual, otimização da equipe alocada, melhor forma de fiscalização e gestão, utilização criteriosa dos recursos públicos e evolução tecnológica.

13. Memória de Cálculo

Os custos da contratação foram elaborados com base na Tabela de Consultoria da [Resolução DNIT nº 11, de 20 de agosto de 2020](#) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), mês referência janeiro de 2021, a memória de cálculo está disponibilizada como anexo ao Termo de Referência.

A grande maioria dos postos de trabalho, acima de 85%, foram verificados na referência do DNIT, sendo que, para os postos de trabalho que não existe previsão definida na Tabela de Consultoria do DNIT, por meio do Processo nº [50500.040944/2021-90](#), a SUROD realizou consulta com um total de 87 (oitenta e sete) empresas, sendo que apenas 6 (seis) empresas responderam, e com isso, foi possível identificar a remuneração média praticada pelo mercado para aquelas categorias profissionais.

Com relação aos insumos relativos aos softwares listados, buscou-se, inicialmente, localizar preços por meio do Painel de Preços do Ministério da Economia, todavia, além de não ter localizado a aquisição pública da maioria dos softwares naquele portal, os que foram localizados, em alguns casos, traziam acoplados serviços de atualização, manutenção e suportes específicos. Desse modo, considerando que a aquisição se dará por empresa privada (futura

contratada), buscou-se a informação por meio de levantamento nos sites dos fornecedores, e quando fornecedores nacionais, por meio de solicitação de proposta.

Sobre o deslocamento para execução das atividades de apoio técnico, considerando que a prestação deste serviço tem caráter eventual, por demanda, e em caso de execução tratar-se-á de locação por período curto (inferior a uma semana), face a especificidade do serviço, os valores dispostos na Tabela de Consultoria do DNIT não foram considerados, visto que àquela fonte indica a locação mensal. Definido que o componente do produto, no caso o deslocamento terrestre deveria, em caso de necessidade da prestação dos serviços, ocorrer em locadoras de veículos.

Com a definição relativa às compras de passagens e locação de veículos (por diárias) passou-se à pesquisa junto ao Painel de Preços do Ministério da Economia relativa a compras de passagens aéreas e locação de veículo com quilometragem livre, quando se detectou que tal serviços não se encontram registros de compra junto àquele portal. Com tal situação, a pesquisa de preços foi realizada, no que concerne às passagens aéreas, nos sites dos fornecedores, e no que concerne aos preços para locação de veículos, em site de pesquisa em fornecedores de serviços de locação de veículos nas localidades necessárias (www.rentalcars.com). Considerando a necessidade de provisionamento de combustível, para a média deste insumo foi considerado o total de Km ora concedidos, considerando valores atribuídos para as localidades, pela Agência Nacional do Petróleo - ANP. Para efeito de proposta, os valores de pedágio devem ser considerados inclusos nos valores totais relativos aos automóveis (locação e combustível).

Informa-se que as orientações contidas na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020](#), foram plenamente atendidas.

A memória de cálculo está detalhada na Nota Técnica SEI nº 3057/2021/GEENG/SUOD/DIR (SEI nº 6639844).

Em suma, os levantamentos (pesquisas de preços) foram realizados da seguinte maneira:

- Posto de trabalho - Mão de obra (Convenção Coletiva de Trabalho - CCT aplicável, Lei nº 4.950-A/1966, Tabela de Preços de Consultoria do DNIT - janeiro/2021 e Pesquisas de Mercado - Junho e Julho/2021);
- Diárias ([Decreto nº 5.992/2006](#) do Governo Federal);
- Softwares (Painel de preços, sites e propostas de fornecedores - junho/2021);
- Deslocamento aéreo - passagens (sites de pesquisa - junho/2021);
- Deslocamento terrestre: locação de veículos (sites de pesquisa - junho/2021) e combustível (site da ANP - junho/2021).

14. Resultados Pretendidos

Não se aplica.

15. Providências a serem Adotadas

Abaixo, seguem as providências adotadas:

- i. Disponibilidade de instalações físicas para os profissionais alocados;
- ii. Disponibilidade de equipamentos de informática e comunicação para os profissionais alocados.

Assim, com relação a esse tópico, foi realizado o levantamento da estrutura física e dos equipamentos disponíveis atualmente na GEENG, sendo considerado suficiente.

16. Possíveis Impactos Ambientais

Não se aplica.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Diante do que foi apresentado, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da [Instrução Normativa SEGES /ME nº 40 de 22 de maio de 2020](#).

18. Responsáveis

FERNANDO DE FREITAS BEZERRA

Gerente de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias

VALDEYLSO ALVES DA SILVA

Coordenador de Faixa de Domínio de Rodovias

LUÍS CARLOS DE OLIVEIRA TAQUES

Coordenador de Projetos e Estudos de Rodovias